



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 02

Mês/Ano: Agosto
2007

Pág.: 1 / 14

1 - INTRODUÇÃO E ÂMBITO

Este documento constitui o Relatório de Acompanhamento Ambiental nº. 02 que sintetiza as principais actividades realizadas no âmbito da implementação da Plano de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança, concretamente no que diz respeito a questões de índole ambiental, conforme estabelecido na Especificação de Processo “Relatório Mensal de Acompanhamento Ambiental” (EPO.2908.02), emitida para a Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote, no período que compreende o período de 01 a 31 de Agosto de 2007.

Principais actividades no período em análise

Montagem de Estaleiro Industrial;

Montagem de Estaleiro Social;

Desvio de Estrada (Execução de Muro, Rede de Terra, Desvio de Água e Fundação da Viga Ancorada;

Tomada de Água - Escavações e Contenções;

Reperfilamento do Túnel Existente – Escavações e Contenções;

Galeria de Acesso à Central II- Escavações no emboquilhamento e galeria e Contenções;

Restituição – Acesso e Execução de Ensecadeira de Jusante;

Rebaixamento do leito do rio – bombagem de jusante, remoção de barra e acesso à restituição;

Bocal de restituição – Escavação da viga de contenção.

2 – REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, informamos que, tivemos em particular atenção o cumprimento de alguns diplomas, descritos de seguida tendo como base o descriptor ambiental relevante associado.

Elaborado/Revisto:

Aprovado:

Data:

31 de Agosto de
2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 02

Mês/Ano: Agosto
2007

Pág.: 2 / 14

2.1. Resíduos:

- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05 de Setembro (Gestão de resíduos)
- Portaria n.º 209/2004 de 3 de Março (Aprova a Lista Europeia de Resíduos)
- Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho (Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos novos e usados)

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Gestão de Resíduos permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

2.2 Efluentes Líquidos

- Dec. lei n.º 236/98 de 1 de Agosto – Normas, critérios e objectivos de qualidade do meio aquático
- Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro – Lei da água, estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água. (aplicável todas as portarias reguladoras)

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Controlo de Águas Residuais permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

2.3 Ruído Ambiental e Vibrações

- Dec. lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro – Regulamento Geral de Ruído (incluído a Decl. Rectificação n.º 18/2007 de 16 de Março), , alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de Agosto
- Dec. Lei n.º 221/2006 de 8 de Novembro – Regras de emissões sonoras de equipamentos para utilização no exterior
- Dec. lei n.º 291/90 de 20 de Setembro – Controlo metrológico de equipamentos de medição.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
---------------------------	------------------	--------------------------------------

- Norma NP 1730-1:96 – Acústica : descrição e medição do ruído ambiente
- Norma Portuguesas NP 2074:1983 (Avaliação da influência em construções de vibrações provocadas por explosões ou solicitações similares)

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Monitorização de Ruído permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

No que diz respeito ao controlo de vibrações, informa-se que o mesmo continua a ser efectuado pela empresa de responsável pelo acompanhamento geológico em obra (efectuado pela empresa Cegê), tendo como referência a norma relativa a vibrações acima

2.4 Património

- Decreto-Lei nº 270/1999 de 15 Julho, D.R. nº 163/99 Série I-A, “Aprova o regulamento de Trabalhos Arqueológicos”.
- Decreto-Lei nº 287/2000 de 10 de Novembro, D.R. nº 260/00 Série I-A, “ Alteração ao Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho”.
- Lei nº 107/2001 de 10 de Setembro, D.R. nº 209/01 Série I-A, “Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”.

A análise destes diplomas permitiu a emissão do Plano de Salvaguarda e Património, o qual se encontra implementado, sendo emitidos mensalmente relatórios de progresso de acompanhamento arqueológico. É ainda de salientar que foi efectuada a revisão 03 deste documento, referida no ponto 3.5.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
---------------------------	------------------	--------------------------------------



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 02

Mês/Ano: Agosto
2007

Pág.: 4 / 14

2.5 Outros (Água para Consumo Humano)

Ainda no que se refere a diplomas legais é de salientar a publicação do Decreto Lei 306/2007 de 27 de Agosto, que estabelece o novo Regime da Qualidade da água destinada ao consumo humano, revogando o DL 243/2001.

No caso particular desta empreitada, este não se revela no momento aplicável visto que não se vai efectivar a curto prazo a instalação de uma Estação de Tratamento de Água (como inicialmente previsto), não sendo então passível de implementação o Programa de Monitorização de Água para Consumo Humano

3 – LICENCIAMENTOS E CONTACTOS COM ENTIDADES COMPETENTES

3.1 Licença de Estaleiro

No que diz respeito à licença de estaleiro, e na sequência do ofício da Câmara Municipal de Miranda do Douro, em 28.06.07 (ref.^a DUHMA/Ofício n.º 300) a informar que o licenciamento deveria ser remetido pelo promotor da empreitada (EDP), foi levada cabo em 03.08.07 uma reunião na Câmara Municipal de Miranda do Douro, com a presença da Eng.^a Jesuína (responsável pelo sector de Licenciamentos, o Eng.^o Carvalho Bastos (EDP) e a Gestora de Qualidade e Ambiente o consórcio MSF/OPCA (Liliana Coelho). Nessa reunião ficou decidido que a EDP daria indicações no sentido de que a instrução do processo de licenciamento na Câmara Municipal de Miranda do Douro fosse efectuada pelo consórcio empreiteiro.

Neste seguimento, foi emitida no final do mês de Agosto a planta de estaleiro alterada, e o referido processo de licenciamento será remetido à Câmara Municipal com a brevidade possível.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
2908.001.0		



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 02

Mês/Ano: Agosto
2007

Pág.: 5 / 14

3.2 Licença Especial de Ruído

Nada a referir, tendo em consideração o deferimento do pedido de isenção remetido à Câmara Municipal de Miranda do Douro

3.3 Licença de Captação de Águas

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a captação de águas ainda não foi instruído, visto só recentemente ter sido possível emitir planta de estaleiro actualizada, elemento este que constitui o processo de licenciamento. Está prevista a instrução do processo de licenciamento de captação de águas durante o mês de Setembro na CCDR, delegação de Mirandela.

3.4 Licença de Rejeição de Águas Residuais

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a rejeição de águas ainda não foi instruído, visto só recentemente ter sido possível emitir planta de estaleiro actualizada, elemento este que constitui o processo de licenciamento. Está prevista a instrução do processo de licenciamento de rejeição de águas durante o mês de Setembro na CCDR, delegação de Mirandela.

3.5 Outros

Na sequência da previsão de execução de trabalhos de prospecção arqueológica de margens da albufeira em Setembro, foi necessário obter autorização por parte do IGESPAR para realização dos mesmos, a qual foi incluída na revisão 03 do Plano de Salvaguarda e Património.

Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
---	------------------	--------------------------------------



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 02

Mês/Ano: Agosto
2007

Pág.: 6 / 14

Relativamente à escombreira norte, foi remetido ao Parque Natural do Douro Internacional um pedido de abate de arbustos de azinheira, existentes em área a desmatar na referida escombreira (carta ref.^a 263/07/BP/DV, de 06.08.07), tendo sido efectuada uma visita ao local por parte daquela entidade em 10.08.07 (Eng.^º Afonso Calheiros e Eng.^º Noel), e recepcionada a autorização de abate de azinheiras em 28.08.07 (enviada no Anexo II). Deste modo, será possível proceder ao abate das azinheiras que não tinham sido abatidas aquando da desmatação da escombreira norte.

No que diz respeito aos resíduos de desmatação resultantes de actividades nas áreas de implantação de estaleiros, frentes de obra e escombreira norte, ainda não se obteve resposta do Departamento de operações e gestão de resíduos (ex Instituto dos Resíduos), relativa ao procedimento de gestão deste tipo de resíduos proposto, que inclui o seu enterramento e compactação. Têm sido efectuadas tentativas de contacto telefónico com aquela entidade, as quais se têm revelado infrutíferas, continuando então a aguardar-se resposta por parte daquela mesma.

4 – MONITORIZAÇÃO

Domínio Hídrico

Não aplicável nesta fase, visto que ainda não se estão a efectuar descargas de águas residuais e que os equipamentos ambientais como sendo a ETAR, separadores de hidrocarbonetos e gorduras ainda não entraram em funcionamento (ainda que os mesmos já se encontrem instalados em obra, conforme se pode ver em fotos presentes no Anexo I).

Qualidade do Ar

Não aplicável nesta fase, visto que não foram detectadas situações anormais de emissão de poeiras e/ou outros contaminantes atmosféricos, sendo tomadas medidas de minimização, referidas no ponto 5.

Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
---	------------------	--------------------------------------

**Ambiente Sonoro**

Foi realizada a segunda campanha de monitorização de ruído ambiental (situação de referência), nos dias 16 e 17 de Agosto de 2007, por forma a dar cumprimento ao Plano de Monitorização de Ruído emitido. Visto que esta campanha pretendia caracterizar a situação de referência, optou-se por parar todo e qualquer trabalho durante cada medição, realizada nos quatro pontos seleccionados, a exemplo da campanha realizada em nos dias 24 e 25 de Julho. Os relatórios emitidos pela empresa Ambiminho referentes às campanhas suprareferidas foram já recepcionados pelo consórcio empreiteiro e enviados à EDP, sendo de referir que, em nenhum dos pontos caracterizados se ultrapassam os limites estipulados legalmente para zonas sensíveis.

Resíduos

Até esta data, não procedemos a qualquer encaminhamento de resíduos não urbanos a destino autorizado, visto que a produção dos mesmos não justificou ainda o seu encaminhamento. Relativamente aos RSU's, os mesmos estão a ser depositados nos contentores incluídos no circuito de recolha camarário correspondente, tendo sido já efectuada a aquisição de dois contentores à empresa CESPA por parte deste consórcio, tendo os mesmos chegado à obra em 14.08.07. Estes serão colocados e integrados no circuito de recolha da CESPA, conforme acordado com a referida empresa.

Nesta fase, estão já estabelecidos contactos com os operadores seleccionados para a gestão de resíduos por forma a assegurar a criação de áreas de deposição adequadas aos meios de contentorização e à tipologia de resíduos que se irá produzir em obra, estando já criadas em obra a quase totalidade de meios para recepcionar os referidos contentores (fornecidos pela empresa Mirapapel).

No que concerne aos meios de recolha selectiva de resíduos a serem produzidos nos estaleiros sociais, cantina, escritórios e posto médico, procedeu-se já à aquisição de baterias de 4 contentores (de cores verde, amarela, azul e cinzenta), de capacidades de 360 e 800L, para distribuição pelas áreas comuns, tendo chegado já à obra grande parte dos contentores, estando prevista a chegada dos restantes na primeira semana de Setembro.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
---------------------------	------------------	--------------------------------------



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 02

Mês/Ano: Agosto
2007

Pág.: 8 / 14

Ainda no que diz respeito à produção de resíduos, e na sequência do rebaixamento da estrada de acesso à central, foram segregados os resíduos de betuminoso resultantes da mesma. Estes resíduos estão temporariamente depositados na escombreira norte, devidamente separados dos restantes materiais, enquanto se aguarda o devido encaminhamento.

Património

Foi emitida a revisão 03 do Plano de Salvaguarda e Património no dia 20.08.07, estando o mesmo a ser implementado em obra, prevendo-se para o início do mês de Setembro os trabalhos referentes à prospecção arqueológica de margens a montante da albufeira.

5 –IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Até esta data, têm-se mantido as medidas de minimização constantes na documentação que constitui o Plano de Gestão de Qualidade, Segurança e Ambiente, sendo de referir que algumas destas medidas carecem de alteração e/ou adaptação.

De seguida, listam-se medidas de minimização genéricas adoptadas nesta fase:

- humidificação dos caminhos de circulação e das áreas/actividades passíveis de emissão de materiais pulvurulentos, através de tractor com joper (nomeadamente na zona de acesso à escombreira);
- controlo da documentação do equipamento no que diz respeito à emissão de ruído exterior;
- disponibilização de locais de deposição de resíduos sólidos urbanos nas frentes de obra;
- criação de áreas destinadas a lavagem de caleiras de autobetoneiras;
- criação de área para armazenamento de produtos perigosos (óleos/lubrificantes) e resíduos perigosos devidamente impermeabilizadas;

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
2908.001.0		



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 02

Mês/Ano: Agosto
2007

Pág.: 9 / 14

6. AUDITORIAS, VISTORIAS E INSPECÇÕES

Até esta data, não foram ainda realizadas auditorias a esta empreitada, quer internas ou externas.

7. OCORRÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Nada a referir.

8. RECLAMAÇÕES DE TERCEIROS E PARTES INTERESSADAS

Não há registo de qualquer reclamação apresentada desde o início dos trabalhos até ao final do mês de Agosto.

9. PLANO DE ACÇÃO

No mês de Setembro, prevê-se a entrada em funcionamento dos equipamentos ambientais (ETAR, separadores de hidrocarbonetos), bem como a entrada em funcionamento de áreas de armazenamento/ deposição de resíduos perigosos e não perigosos, nas áreas de estaleiro e frentes de obra.

Será dada particular atenção a estes aspectos, por forma a assegurar o cumprimento do estipulado no Plano de Gestão de Resíduos e planta de estaleiro (com as devidas adaptações à realidade da obra, espelhadas na revisão dos referidos documentos).

Além disso, é prioritária a obtenção de licenças de utilização de meio hídrico, conforme atrás referido e a execução dos trabalhos de prospecção arqueológicas de margens da albufeira.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
2908.001.0		



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 02

**Mês/Ano: Agosto
2007**

Pág.: 10 / 14

10. ANEXOS

Anexo I – Fotos evidenciando a montagem de estaleiro e implementação de medidas de controlo ambiental;

Anexo II – Autorização de Abate de Azinheiras, emitida pelo ICN.

Elaborado/Revisto:

Aprovado:

Data:

31 de Agosto de
2007

ANEXO I: FOTOS -

Impermeabilização da área de armazenamento de óleos/lubrificantes



Instalação de separador de hidrocarbonetos



Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
2908.001.0		

Instalação de separador de gorduras



Plataforma para acondicionamento de resíduos não perigosos



Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
---	------------------	--------------------------------------

Contentores para recolha selectiva de resíduos



Área de localização de bacia de retenção de resíduos perigosos e triagem de metais



Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado:	Data: 31 de Agosto de 2007
---	------------------	--------------------------------------



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo II

**Mês/Ano: Agosto
2007**

Pág.: 14 / 14

ANEXO II – AUTORIZAÇÃO DE ABATE DE AZINHEIRAS

Elaborado/Revisto:

Aprovado:

Data:

31 de Agosto de
2007



Protocolo de Entrega de Documentos
Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Ref: 122/07/BP/DO

ENTREGUE POR :

Consórcio MSF/OPCA

Sub-Empreiteiro: _____

Outro: _____

Cópia Controlada

Entregue em mão

Cópia não Controlada

Correio

Outro: _____

ASSUNTO: Relatório de Acompanhamento Ambiental

Nº Folhas	Designação do Documento	Cópia ⁽¹⁾ N.º
15	<p>Relatório de Acompanhamento Ambiental n.º 1</p> <p>Tomei conhecimento meu trabalho usado a opca ff. 25-09-07</p> <p>Ass. Engº Celso Caetano 25.09.2007</p>	5

Nº 0014/17		ARQ. 2.2/194.3
DATA ENTR.	24/09/17	DATA SAÍDA
G E		ACÇÃO
G A		APRECIAR X
CÓPIAS PARA:		ARQUIVAR
		SEGUIM.
		RESPOSTA X
		RESPONDER
		CONHECIMENTO

Rubrica:

Data: 03.08.07

Observações:

RECEBIDO POR :

Entidade:
Nome:

Rúbrica:
Data:

 	Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote Relatório de Acompanhamento Ambiental	RAA n.º 01 Mês/Ano: Julho 2007 Pág.: 1 / 12
--	---	---

1 - INTRODUÇÃO E ÂMBITO

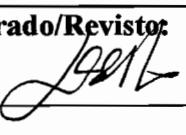
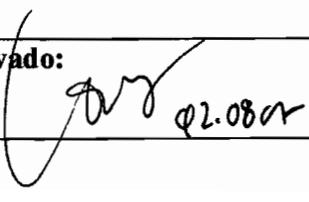
Este documento constitui o Relatório de Acompanhamento Ambiental nº. 01 que sintetiza as principais actividades realizadas no âmbito da implementação da Plano de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança, concretamente no que diz respeito a questões de índole ambiental, conforme estabelecido na Especificação de Processo “Relatório Mensal de Acompanhamento Ambiental” (EPO.2908.02), emitida para a Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote, no período que compreende o início dos trabalhos até 31 de Julho de 2007.

Principais actividades no período em análise

- Montagem de Estaleiro Industrial;
- Montagem de Estaleiro Social;
- Trabalhos de Desvio de Estrada;
- Escavações na zona da Tomada de Água;
- Túnel Existente – Trabalhos preparatórios;
- Galeria de Acesso à Central - Trabalhos preparatórios;
- Ensecadeira de Restituição - Trabalhos preparatórios.

2 – REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, informamos que, tendo em consideração o início dos trabalhos, tivemos particular atenção ao cumprimento de alguns diplomas, descritos de seguida tendo como base o descritor ambiental relevante associado.

Elaborado/Revisto:  2908.001.0	Aprovado:  2007.08.02	Data: 02 de Agosto de 2007
--	--	--------------------------------------

 	Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote Relatório de Acompanhamento Ambiental	RAA n.º 01 Mês/Ano: Julho 2007 Pág.: 2 / 12
--	---	---

2.1. Resíduos:

- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05 de Setembro (Gestão de resíduos)
- Portaria n.º 209/2004 de 3 de Março (Aprova a Lista Europeia de Resíduos)
- Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho (Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos novos e usados)

A análise destes diplomas permitiu a emissão do Plano de Gestão de Resíduos, sendo de referir ainda a consulta da LISTA DE OPERADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS NÃO URBANOS em vigor, para a selecção de operadores de gestão de resíduos, a qual está patente no documento entidades para a gestão de resíduos (2908.029.0), que constitui também um anexo ao Plano de Gestão de Resíduos.

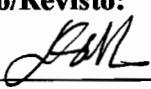
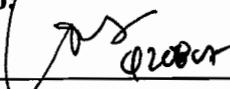
2.2 Efluentes Líquidos

- Dec. lei n.º 236/98 de 1 de Agosto – Normas, critérios e objectivos de qualidade do meio aquático
- Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro – Lei da água, estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água. (aplicável todas as portarias reguladoras)

A análise destes diplomas permitiu a emissão do Plano de Controlo de Águas Residuais, sendo de referir que, na presente data, ainda não se está a proceder à descarga de águas residuais no meio hídrico ou sequer na envolvente da frente de obra.

2.3 Ruído Ambiental e Vibrações

- Dec. lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro – Regulamento Geral de Ruído (incluído a Decl. Rectificação n.º 18/2007 de 16 de Março), , alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de Agosto
- Dec. Lei n.º 221/2006 de 8 de Novembro – Regras de emissões sonoras de equipamentos para utilização no exterior

Elaborado/Revisto:  2908.001.0	Aprovado: 	Data: 02 de Agosto de 2007
--	--	--------------------------------------



- Dec. lei n.º 291/90 de 20 de Setembro – Controlo metrológico de equipamentos de medição.
- Norma NP 1730-1:96 – Acústica : descrição e medição do ruído ambiente
- Norma Portuguesas NP 2074:1983 (Avaliação da influência em construções de vibrações provocadas por explosões ou solicitações similares)

A análise destes diplomas permitiu a emissão do Plano de Monitorização de Ruído, o qual se encontra em fase de implementação, tendo sido efectuada a caracterização da situação de referência com base nos requisitos legais acima mencionados.

No que diz respeito ao controlo de vibrações, informa-se que o mesmo está a ser efectuado pela empresa de responsável pelo acompanhamento geológico em obra, tendo como referência a norma relativa a vibrações acima referenciada.

2.4 Património

- Decreto-Lei nº 270/1999 de 15 Julho, D.R. nº 163/99 Série I-A, “Aprova o regulamento de Trabalhos Arqueológicos”.
- Decreto-Lei nº 287/2000 de 10 de Novembro, D.R. nº 260/00 Série I-A, “ Alteração ao Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho”.
- Lei nº 107/2001 de 10 de Setembro, D.R. nº 209/01 Série I-A, “Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”.

A análise destes diplomas permitiu a emissão do Plano de Salvaguarda e Património, o qual se encontra implementado, sendo emitidos mensalmente relatórios de progresso de acompanhamento arqueológico. É ainda de salientar que será efectuada a revisão deste documento, referida no ponto 3.5.

Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado: RMS 010807	Data: 02 de Agosto de 2007
---	------------------------------------	--------------------------------------



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental**RAA n.º 01****Mês/Ano: Julho
2007****Pág.: 4 / 12****3 – LICENCIAMENTOS E CONTACTOS COM ENTIDADES COMPETENTES****3.1 Licença de Estaleiro**

No que diz respeito à licença de estaleiro, foi instruído o processo de licenciamento na Câmara Municipal de Miranda do Douro pela Consórcio empreiteiro em 07.05.07 (Carta ref.^a 0019/07/BP/DV), tendo sido recebido um ofício em 28.06.07 (ref.^a DUHMA/Ofício n.º 300) a informar que o licenciamento deverá ser remetido pelo promotor da empreitada (EDP). Esta informação foi enviada à EDP, aguardando-se agora a emissão da licença de obra para esta empreitada.

3.2 Licença Especial de Ruído

Relativamente à licença especial de ruído, foi remetido à Câmara Municipal de Miranda do Douro pelo Consórcio Empreiteiro um pedido de isenção de Licença Especial de Ruído, em 11.05.07 (Carta ref.^a 0066/07/BP/DV), ao abrigo da alínea a), n.º4 do artigo 4º, do DL 9/2007 de 17 Janeiro, uma vez que a referida empreitada é submetida ao regime de avaliação de impacte ambiental e a todos os procedimentos de controlo e medidas de minimização nesta preconizadas. Este pedido foi deferido em 28.06.07, (ref.^a DUHMA/Ofício n.º 301), tendo sido enviada cópia deste processo à EDP através do protocolo de entrega de documentos ref.^a 81/07/BP/DO.

3.3 Licença de Captação de Águas

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a captação de águas ainda não foi instruído, visto que houve alterações e, durante este ano, não vai ser instalada, como previsto, uma estação de tratamento de água em obra. Nesta sequência foi solicitada ligação à rede de abastecimento camarária e será este o meio único de fornecimento de água potável à presente empreitada. Além disso, está a ser efectuada a alteração das plantas de localização de estaleiro e de redes de abastecimento, esgotos e captação, elementos estes que constituem o processo de licenciamento, aguardando-se também a emissão da licença de estaleiro para instruir o processo.

Elaborado/Revisto: 	Aprovado: 	Data: 02 de Agosto de 2007
2908.001.0		

 	Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote Relatório de Acompanhamento Ambiental	RAA n.º 01 Mês/Ano: Julho 2007 Pág.: 5 / 12
--	---	---

3.4 Licença de Rejeição de Águas Residuais

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a rejeição de águas ainda não foi instruído, visto que está a ser efectuada a alteração das plantas de localização de estaleiro e de redes de abastecimento, esgotos e captação, elementos estes que constituem o processo de licenciamento, aguardando-se também a emissão da licença de estaleiro para incluir no processo.

3.5 Outros

É de salientar a recepção de um ofício por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (reencaminhado pelo Dono de Obra em 19.07.07), referindo fundamentalmente questões relativas ao descritor Património. A resposta a algumas questões deste ofício foi enviada à EDP e para tal contou-se com a colaboração da empresa responsável pelo acompanhamento arqueológicos (ERA). Nesta sequência, será necessário proceder à revisão 03 do Plano de Salvaguarda e Património, estando a mesma pendente da emissão de autorização por parte do IPA para execução de trabalhos de prospecção de margens (previstos para o final de Agosto).

Relativamente à escombreira norte, foram propostos por parte da EDP novos limites da área de deposição temporária de escombro, ficando o consórcio de avaliar se a área agora disponível se revela suficiente, com base no volume e cadênciа de produção de escombro. Durante o próximo período, será remetido ao Parque Natural do Douro Internacional um pedido de abate de arbustos de azinheira, existentes em área a desmatar na referida escombreira.

No que diz respeito aos resíduos de desmatação resultantes de actividades nas áreas de implantação de estaleiros, frentes de obra e escombreira norte, foi proposto ao Departamento de operações e gestão de resíduos (ex Instituto dos Resíduos) um procedimento de gestão deste tipo de resíduos, que inclui o seu enterramento e compactação, tendo em consideração as sugestões do Parque Natural do Douro Internacional e de brigadas florestais locais (carta ref.^a 226/07/BP/DV, de 26.07.07). Aguarda-se agora resposta por parte daquela entidade.

Elaborado/Revisto:  2908.001.0	Aprovado: 	Data: 02 de Agosto de 2007
--	--	--------------------------------------



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental**RAA n.º 01****Mês/Ano: Julho
2007**

Pág.: 6 / 12

4 – MONITORIZAÇÃO**Domínio Hídrico**

Não aplicável nesta fase, visto que ainda não se estão a efectuar descargas de águas residuais e que os equipamentos ambientais como sendo a ETAR, separadores de hidrocarbonetos e gorduras ainda não entraram em funcionamento (ainda que já esteja instalado em obra o separador de gorduras).

Qualidade do Ar

Não aplicável nesta fase, visto que não foram detectadas situações anormais de emissão de poeiras e/ou outros contaminantes atmosféricos, sendo tomadas medidas de minimização, referidas no ponto 5.

Ambiente Sonoro

Foi realizada a primeira campanha de monitorização de ruído ambiental (situação de referência), nos dias 24 e 25 de Julho de 2007, por forma a dar cumprimento ao Plano de Monitorização de Ruído emitido. Visto que esta campanha pretendia caracterizar a situação de referência, optou-se por parar todo e qualquer trabalho durante cada medição, realizada nos quatro pontos seleccionados. Ainda no que diz respeito à selecção de pontos de medição, foi definido o 4º ponto de medição “Junto do local mais perto da transfega do transporte das escombreiras”, e o mesmo situa-se na envolvente da escombreira norte, junto de uma casa de habitação (considerada o receptor mais sensível da área). Todos estes dados serão constantes do relatório a emitir pela empresa que efectuou a monitorização, sendo posteriormente entregues 2 cópias do mesmo ao Dono de Obra.

Resíduos

Até esta data, não procedemos a qualquer encaminhamento de resíduos não urbanos a destino autorizado, visto que a produção dos mesmos não justificou ainda o seu encaminhamento. Relativamente aos RSU's, os mesmos estão a ser depositados nos contentores incluídos no circuito de recolha camarário correspondente.

Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado: 	Data: 02 de Agosto de 2007
---	----------------------	--------------------------------------



Nesta fase, estão a ser estabelecidos contactos com os operadores seleccionados para a gestão de resíduos por forma a assegurar a criação de áreas de deposição adequadas aos meios de contentorização e à tipologia de resíduos que se irá produzir em obra.

Património

Foi emitido, pela equipa do acompanhamento arqueológico, um parecer técnico arqueológico sobre o poço de cabos e ventilação. Pretendeu-se, com este parecer, aferir da necessidade de acompanhamento deste trabalho. O parecer emitido concluiu que não existem evidências nem características usuais que justifiquem a realização de acompanhamento arqueológico nesta área. Foi dado conhecimento deste parecer o mesmo à EDP e o mesmo será incluído no relatório final a elaborar pelos responsáveis pelo acompanhamento arqueológico.

5 –IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Até esta data, foram implementadas medidas de minimização constantes na documentação que constitui o Plano de Gestão de Qualidade, Segurança e Ambiente, sendo de referir que algumas destas medidas carecem de alteração e/ou adaptação.

De seguida, listam-se medidas de minimização genéricas adoptadas nesta fase:

- humidificação dos caminhos de circulação e das áreas/actividades passíveis de emissão de materiais pulvurulentos, através de tractor com joper;
- controlo da documentação do equipamento no que diz respeito à emissão de ruído exterior;
- disponibilização de locais de deposição de resíduos sólidos urbanos nas frentes de obra;
- criação de áreas destinadas a lavagem de caleiras de autobetoneiras;
- criação de um ecoponto na área de escritório, para deposição selectiva de embalagens, papel/cartão, vidro, pilhas, e toner's/tinteiros de impressão;

Elaborado/Revisto:

2908.001.0

Aprovado:

DR 020008

Data:

02 de Agosto de
2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 01

Mês/Ano: Julho
2007

Pág.: 8 / 12

- vedação do vernáculo existente nas imediações das instalações sociais (fotos – Anexo II).

6. AUDITORIAS, VISTORIAS E INSPECÇÕES

Até esta data, não foram ainda realizadas auditorias a esta empreitada, quer internas ou externas.

7. OCORRÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

É de referir uma ocorrência de índole ambiental, relativa a um incêndio ocorrido no dia 18.07.2007, na área a desmatar da escombreira norte. De imediato, foi aberta uma ficha de ocorrência, tendo sido a mesma classificada como “Quase Acidente”, de acordo com o Procedimento de Gestão de Obra - Controlo dos Acidentes e Não Conformidades, Acções Correctivas e Acções Preventivas (PGO.2908.04.10). Uma cópia desta ficha de ocorrência (n.º 01/A/BP) está incluída no Anexo II, estando aí detalhada a ocorrência e respectivas correcções e acções correctivas, sendo também incluído o mapa de controlo que a contém (Anexo III).

8. RECLAMAÇÕES DE TERCEIROS E PARTES INTERESSADAS

Não há registo de qualquer reclamação apresentada desde o início dos trabalhos até ao final do mês de Julho.

9. PLANO DE ACÇÃO

No mês de Agosto, prevê-se a instalação dos equipamentos ambientais (ETAR, separadores de hidrocarbonetos), bem como a criação de áreas de armazenamento/ deposição de resíduos perigosos e não perigosos. Será dada particular atenção a estes aspectos, por forma a assegurar o cumprimento do estipulado no Plano de Gestão de Resíduos e planta de estaleiro (com as devidas adaptações à realidade da obra, espelhadas na revisão dos referidos documentos).

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
		02 de Agosto de 2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 01

**Mês/Ano: Julho
2007**

Pág.: 9 / 12

10. ANEXOS

Anexo I - Fotos evidenciando a vedação do vernáculo existente nas imediações das instalações sociais;

Anexo II - Ficha de ocorrência n.º 01/A/BP;

Anexo III – Controlo de Não Conformidades/ Quase acidentes e Acções Correctivas.

Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado: 	Data: 02 de Agosto de 2007
---	----------------------	---



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo III

**Mês/Ano: Julho
2007**

Pág.: 10 / 12

ANEXO I: FOTOS - Vedações do vernáculo existente nas imediações das instalações sociais



Elaborado/Revisto:
2908.001.0

Aprovado:

Data:
02 de Agosto de
2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo III

**Mês/Ano: Julho
2007**

Pág.: 11 / 12

ANEXO II - FICHA DE OCORRÊNCIA N.º 01/A/BP;

Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado: JOSÉ ORLANDO	Data: 02 de Agosto de 2007
---	--------------------------------------	---

1- IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL

Frente de Trabalho: Escombeira Norte

2- DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA

DESCRÍÇÃO (se possível indicar a causa mais provável)	Incêndio em área a desmatar iniciado aquando da desmatação da escombeira norte, provocado por emissão de faísca após contacto do balde de giratória em bloco de rocha existente no local			Frente de trabalho
	Caso a ocorrência esteja ligada a situações de risco iminente para os trabalhadores, deverá ser dada ordem de paragem dos trabalhos, com comunicação imediata ao DTE.			
ACTIVIDADE	Consórcio <input checked="" type="checkbox"/>	Subcontratado: _____	Qual?: _____	Ass. Responsável: _____
ASSINATURA DE QUEM IDENTIFICOU:	<i>Liliana Coelho</i>		DATA: 18/07/2007	HORA: 18 H 28
CONHECIMENTO (DTE):	18/07/2007 HORA: 18 H 31		CONHECIMENTO (RGP): <i>Liliana</i>	18/07/2007 HORA: 18 H 30

Qualquer colaborador pode preencher os campos 1 e 2 e enviar ao DTE e ao responsável pela gestão do processo em causa. Este responsável deverá classificar a ocorrência no campo 3 e preencher os campos 4 ou 5, verificando a descrição da causa inicialmente identificada no campo 2 e procedendo às redefinições ou definições necessárias.

3- CLASSIFICAÇÃO

4- DECISÃO RELATIVA AO TRATAMENTO DA ANOMALIA

ANOMALIA <input checked="" type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> P	ACÇÃO TOMADA: <i>Liliana Coelho</i>	VERIFICAÇÃO: <i>Liliana</i>
NÃO CONFORMIDADE <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NCI		
QUASE ACIDENTE <input checked="" type="checkbox"/> QA <input type="checkbox"/> P		
Data e assinatura do responsável		

5- DECISÃO RELATIVA AO TRATAMENTO DA NÃO CONFORMIDADE/QUASE ACIDENTE

ACÇÃO DE CORRECÇÃO (incide sobre o problema)	ACÇÃO CORRECTIVA (incide sobre o causa do problema)
Implementação do plano de emergência da empreitada, tendo sido contactados de imediato os Bombeiros Voluntários de Sendim, que acorreram prontamente ao local e extinguiram o fogo em cerca de 15 minutos.	CAUSAS: Sensibilização do operador relativamente a cuidados a ter na movimentação de equipamento destinado a efectuar desmatação, por forma a evitar a emissão de faíscas devido ao contacto com elementos rochosos.
PRAZO PARA EXECUÇÃO: 18/07/2007 19 H 00	MEDIDAS: Humidificar as áreas a desmatar em caso de condições meteorológicas adversas (Temperaturas altas e/ou Ventos fortes); Remoção de resíduos de desmatação secos das frentes de trabalho.
RESPONSÁVEL PELA DECISÃO: <i>Liliana Coelho</i>	PRAZO PARA EXECUÇÃO: 19/07/2007
APROVAÇÃO DO DTE: <i>Liliana</i>	18/07/2007
RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO/VERIFICAÇÃO: <i>Liliana</i> 18/07/07 H	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO/VERIFICAÇÃO: <i>Liliana</i> 18/07/07

6- TRATAMENTO DA NÃO CONFORMIDADE/QUASE ACIDENTE

ACÇÃO DE CORRECÇÃO Resolvida a: 18/07/2007 19 H 00	ACÇÃO CORRECTIVA Resolvida a: <i>Liliana</i>
Observações: <i>Liliana</i>	Observações: <i>Liliana</i>
(Assinatura do responsável pela execução/verificação)	(Assinatura do responsável pela execução/verificação)

Quem definiu o campo 5 deverá efectuar o fecho preenchendo para isso o campo 7.

7- FECHO DA NÃO CONFORMIDADE/QUASE ACIDENTE (AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA)

ACÇÃO DE CORRECÇÃO:	ACÇÃO CORRECTIVA:
Resultado: <i>Eficaz</i> (Eficaz ou Não eficaz (definir medidas e colocar no verso))	Período de avaliação: De <i>18/07/07</i> a <i>18/09/07</i> Método: <i>Visual</i>
RESP. FECHO: <i>Liliana</i> 19/07/07 H	RESP. FECHO: <i>Liliana</i> 19/07/07 H
CONHECIMENTO (DTE): <i>Liliana</i> 19/07/07	CONHECIMENTO (DTE): <i>Liliana</i> 19/07/07

OUTRAS AÇÕES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA

ASSINATURA:

A PREENCHER POR QUEM AVALIOU A EFICÁCIA

DATA / / H





Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo III

**Mês/Ano: Julho
2007**

Pág.: 12 / 12

Anexo III – Controlo de Não Conformidade/ Quase acidentes e Acções Correctivas.

Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado: 	Data: 02 de Agosto de 2007
---	----------------------	--------------------------------------



ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO E ÂMBITO	1
2 - REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES	2
3 - LICENCIAMENTOS E CONTACTOS COM ENTIDADES COMPETENTES	4
4 - MONITORIZAÇÃO	5
5 -IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	8
6. AUDITORIAS, VISTORIAS E INSPECÇÕES	9
7. OCORRÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS	9
8. RECLAMAÇÕES DE TERCEIROS E PARTES INTERESSADAS	9
9. PLANO DE ACÇÃO	9
10. ANEXOS	10

1 - INTRODUÇÃO E ÂMBITO

Este documento constitui o Relatório de Acompanhamento Ambiental nº. 05 que sintetiza as principais actividades realizadas no âmbito da implementação da Plano de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança, concretamente no que diz respeito a questões de índole ambiental, conforme estabelecido na Especificação de Processo “Relatório Mensal de Acompanhamento Ambiental” (EPO.2908.02), emitida para a Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote, no período que compreende o período de 01 a 30 de Novembro de 2007.

Principais actividades no período em análise

Tomada de Água - Escavações e Contenções (Rampa e Recravas);

Tomada de Água – Betonagem do soco;

Tomada de Água – Escavação do parque de estacionamento;

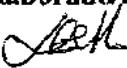
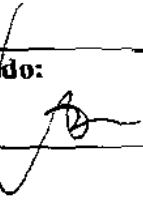
Galeria de Acesso Existente – Escavações, Contenções e Emboquilhamento inferior;

Galeria de Acesso Existente – Demolições;

Galeria de Acesso à Central II- Escavações e Contenções;

Bocal de Restituição - Escavações e Contenções;

Poço de cabos e ventilação – execução de acessos.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
 2908.001.0		5 de Dezembro de 2007



2 – REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, informamos que, tivemos em particular atenção o cumprimento de alguns diplomas, descritos de seguida tendo como base o descriptor ambiental relevante associado.

2.1. Resíduos:

- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05 de Setembro (Gestão de resíduos)
- Portaria n.º 209/2004 de 3 de Março (Aprova a Lista Europeia de Resíduos)
- Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho (Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos novos e usados)

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Gestão de Resíduos permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

2.2 Efluentes Líquidos

- Dec. lei n.º 236/98 de 1 de Agosto – Normas, critérios e objectivos de qualidade do meio aquático
- Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro – Lei da água, estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água. (aplicável todas as portarias reguladoras)
- Dec. lei n.º 226_A/2007 de 1 de Agosto – Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Controlo de Águas Residuais permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

Elaborado/Revisto: 	Aprovado: 	Data: 5 de Dezembro de 2007
298.001.0		

 	Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Pico Relatório de Acompanhamento Ambiental	RAA n.º 05 Mês/Ano: Novembro 2007 Pág.: 3 / 18
--	---	---

2.3 Ruído Ambiental e Vibrações

- Dec. lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro – Regulamento Geral de Ruído (incluído a Decl. Rectificação n.º 18/2007 de 16 de Março), , alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de Agosto
- Dec. Lei n.º 221/2006 de 8 de Novembro – Regras de emissões sonoras de equipamentos para utilização no exterior
- Dec. lei n.º 291/90 de 20 de Setembro – Controlo metrológico de equipamentos de medição.

- Norma NP 1730-1:96 – Acústica : descrição e medição do ruído ambiente
- Norma Portuguesa NP 2074:1983 (Avaliação da influência em construções de vibrações provocadas por explosões ou solicitações similares)

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Monitorização de Ruído permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

No que diz respeito ao controlo de vibrações, informa-se que o mesmo está a ser efectuado pelo Consórcio MSF/OPCA, tendo como referência a norma relativa a vibrações acima referida.

2.4 Património

- Decreto-Lei nº 270/1999 de 15 Julho, D.R. nº 163/99 Série I-A, “Aprova o regulamento de Trabalhos Arqueológicos”.
- Decreto-Lei nº 287/2000 de 10 de Novembro, D.R. nº 260/00 Série I-A, “ Alteração ao Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho”.
- Lei nº 107/2001 de 10 de Setembro, D.R. nº 209/01 Série I-A, “Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”.

Elaborado/Revisto: 	Aprovado: 	Data: 5 de Dezembro de 2007
--	--	--



A análise destes diplomas permitiu a emissão e cumprimento do Plano de Salvaguarda e Património.

3 – LICENCIAMENTOS E CONTACTOS COM ENTIDADES COMPETENTES

3.1 Licença de Estaleiro

O processo de licenciamento de estaleiro junto da Câmara Municipal de Miranda do Douro foi instruído no dia 16 de Outubro aguardando-se agora a emissão de licença de estaleiro por parte daquela entidade.

3.2 Licença Especial de Ruído

Nada a referir, tendo em consideração o deferimento do pedido de isenção remetido à Câmara Municipal de Miranda do Douro.

3.3 Licença de Captação de Águas

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a captação de águas foi instruído no mês de Outubro do corrente ano, tendo sido emitida a de Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para Captação de Água Superficial n.º 175/2007, em 13 de Novembro de 2007, incluindo-se uma cópia deste documento no Anexo II.

3.4 Licença de Rejeição de Águas Residuais

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a rejeição de águas foi instruído no mês de Outubro do corrente ano, sendo enviado um aditamento ao mesmo em 06 de Novembro. Posteriormente, foi emitida a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais no Solo n.º 51/2007, em 14 de Novembro de 2007, válida até 13 de Novembro de 2010, incluindo-se uma cópia deste documento no Anexo III.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
 2008.001.5	 JAR	5 de Dezembro de 2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 05

Mês/Ano:
Novembro 2007

Pág.: 5 / 18

Deste modo, aguarda-se agora a emissão de licença de rejeição de águas referente às águas resultantes das actividades no estaleiro industrial/ oficina e de águas resultantes da escavação.

3.5 Outros

A elaboração do processo de licenciamento industrial da central de betão a instalar em obra está praticamente finalizado, pelo que se prevê a instrução do mesmo brevemente, junto da Direcção Regional da Economia do Norte.

No que diz respeito aos resíduos de desmatação resultantes de actividades nas áreas de implantação de estaleiros, frentes de obra e escombreira norte, foi recepcionada resposta da Agência Portuguesa do Ambiente em 16 de Novembro de 2007 (ref.º 173/7/DFEMRDEGMR), presente no Anexo IV, desaprovando a opção proposta.

Neste seguimento, serão equacionadas soluções alternativas de gestão desta tipologia de resíduos.

Na sequência do necessário rearranjo dos acessos ao futuro poço de cabos e ventilação, foi remetido ao Parque Natural do Douro Internacional um pedido de abate de azinheiras, existentes na referida área (carta ref.º 721/07/BP/DV, de 19.11.07), aguardando-se a recepção da autorização por parque daquela entidade.

4 – MONITORIZAÇÃO**Domínio Hídrico**

Na sequência da instalação da ETAR, no final de Setembro, realizou-se uma campanha de monitorização de qualidade de água nos dias 8 e 9 de Outubro, dando-se assim cumprimento ao estipulado no Plano de Controlo de Águas Residuais emitido para esta empreitada.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
		5 de Dezembro de 2007



O boletim analítico referente a esta campanha (incluído no anexo V) foi recepcionado em Novembro de 2007, evidenciando o incumprimento de alguns parâmetros de referência, sendo de referir que tal seria expectável, visto o arranque da instalação ter sido realizado cerca de 2 semanas antes da amostragem. Como é do vosso conhecimento, os sistemas de tratamento biológico vão aumentando a sua eficiência lentamente, esperando-se a evidência de melhoria do sistema já amostragem do mês de Novembro, que foi realizada entre os dias 29 e 30.

É de referir ainda que foram realizadas amostragens de água no dia 30 de Novembro, à saída do separador de hidrocarbonetos e à saída do tanque de decantação de águas resultantes das actividades subterrâneas desenvolvidas, na presença da Fiscalização.

Qualidade do Ar

Não aplicável nesta fase, visto que não foram detectadas situações anormais de emissão de poeiras e/ou outros contaminantes atmosféricos, sendo tomadas medidas de minimização, referidas em relatórios anteriores. É ainda de referir que, nesta fase, e após a finalização dos trabalhos a céu aberto, se espera a melhoria da qualidade do ar da envolvente da empreitada.

Ambiente Sonoro

Após a realização da primeira campanha de monitorização de ruído ambiental, em finais de Outubro de 2007, foi realizada a emissão do relatório correspondente, o qual evidencia alguma perturbação do ambiente sonoro, face à situação de referência. É de salientar que, durante a realização das medições, estava em curso um volume de trabalhos muito elevados (a céu aberto e subterrâneos), nomeadamente ao nível de perfuração de rocha, desmonte com recurso a explosivos e transporte de produtos de escavação, que implicaram, em nosso entendimento, o incumprimento das exigências regulamentares em alguns pontos de medição.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
 2908.001.0		5 de Dezembro de 2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 05

Mês/Ano:
Novembro 2007

Pág.: 7 / 18

Neste seguimento, parece-nos importante realizar uma campanha de monitorização extraordinária, no decorrer do mês de Dezembro, por forma a caracterizar o ambiente sonoro com tipologia e volume de actividades mais representativas da empreitada em questão. Da análise dos resultados obtidos, poderão ser estudadas medidas de minimização adicional, caso o ambiente sonoro mantenha níveis de perturbação sonora não admissíveis.

Resíduos

No período em referência, procedeu-se a um encaminhamento de óleos usados para o operador de gestão de resíduos Palmiresíduos, estando cópia da Guia de Acompanhamento de Resíduos no Anexo VI, bem como do Mapa de Resíduos Produzidos.

Relativamente ao encaminhamento de resíduos industriais não perigosos, ainda não se revelou necessário proceder ao seu encaminhamento, tendo em consideração o volume ainda disponível para deposição nos contentores existentes no estaleiro industrial.

Património

Na sequência dos trabalhos referentes à prospecção arqueológica de margens a montante da albufeira realizados, aguarda-se a emissão do relatório durante o mês de Dezembro pela empresa ERA Arqueologia, a enviar posteriormente ao IGESPAR.

Relativamente ao Relatório de Acompanhamento de Trabalhos Arqueológicos pela Era Arqueologia, aguarda-se a apreciação/ aprovação do mesmo por parte do IGESPAR. É também de referir que foi emitido um parecer ao referido relatório por parte da Consulgal, o qual foi enviado para a Era Arqueologia, esperando-se a resposta ao mesmo, a qual será enviada oportunamente.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
		5 de Dezembro de 2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental**RAA n.º 05****Mês/Ano:**
Novembro 2007**Pág.: 8 / 18****5 –IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO**

Até esta data, têm-se mantido as medidas de minimização constantes na documentação que constitui o Plano de Gestão de Qualidade, Segurança e Ambiente, sendo de referir que algumas destas medidas carecem de alteração e/ou adaptação.

De seguida, listam-se medidas de minimização genéricas adoptadas nesta fase:

- manutenção da área destinada a lavagem de caleiras de autobetoneiras (nas imediações do estaleiro social), bem como colocação de meio de contentorização do betão resultante daquela operação;
- cobertura da área de deposição selectiva de resíduos de madeira existente no estaleiro industrial (nas imediações da carpintaria);
- correção de alguns aspectos um tanque de decantação de águas provenientes da escavação, nas proximidades do bocal de restituição relativos à sua estanqueidade e encaminhamento de afluentes e efluentes;
- implementação de contentores para deposição selectiva de embalagens e de papel/cartão na área da oficina;
- colocação de contentores para pneus usados na área aonde se encontram os contentores para resíduos industriais não perigosos;
- colocação de bacias de contenção de derrames sob os geradores/compressores presentes nas frentes de obra e estaleiro.

Elaborado/Revisto: 2806.001.0	Aprovado: 	Data: 5 de Dezembro de 2007
---	----------------------	--



6. AUDITORIAS, VISTORIAS E INSPECÇÕES

No dia 06 de Novembro, foi efectuada uma visita à obra, tendo estado presentes representantes da EDP, da Consugal e do Consórcio MSF/OPCA.

Foi realizada uma Inspecção ambiental por parte da Consugal, nos dias 22 e 23 de Novembro de 2007, da qual resultou um documento “Lista de Inspecção Ambiental”, que contém observações que serão tidas em consideração pelo consórcio empreiteiro e fichas de ocorrência que serão reenviadas devidamente preenchidas logo que possível.

Encontra-se prevista a realização de uma Auditoria Interna, no âmbito das áreas de Qualidade, Segurança e Ambiente, para o dia 19 de Dezembro de 2007.

7. OCORRÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Nada a referir.

8. RECLAMAÇÕES DE TERCEIROS E PARTES INTERESSADAS

Não há registo de qualquer reclamação apresentada desde o início dos trabalhos até ao final do mês de Novembro.

9. PLANO DE ACÇÃO

No mês de Dezembro, prevê-se:

- cobertura da plataforma de manutenção de equipamentos, por forma a minimizar impactes ambientais de detritos e assegurar deste modo a existência de redes separativas de águas pluviais e residuais;

Elaborado/Revisto: 	Aprovado: 	Data: 5 de Dezembro de 2007
2906.001.0		

 	Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picoze Relatório de Acompanhamento Ambiental	RAA n.º 05 Mês/Ano: Novembro 2007 Pág.: 10 / 18
--	--	--

- cobertura da área de armazenamento de óleos (adjacente ao depósito de combustível);

Será dada particular atenção a estes aspectos, por forma a assegurar o cumprimento do estipulado dos documentos emitidos (com as devidas adaptações à realidade da obra, espelhadas na revisão dos referidos documentos).

Além disso, é prioritária a obtenção de licença de estaleiro e a instrução do processo de licenciamento da central de betão.

10. ANEXOS

Anexo I – Fotos evidenciando a implementação de medidas de controlo ambiental;

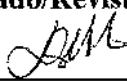
Anexo II – Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para Captação de Água Superficial;

Anexo III – Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais Domésticas no solo;

Anexo IV – Documento da Agência Portuguesa do Ambiente, referente a resíduos de desmatação;

Anexo V – Boletim analítico de águas residuais;

Anexo VI – Mapa de Resíduos Produzidos e Guia de Acompanhamento de Resíduos.

Elaborado/Revisto:  2908.001.0	Aprovado: 	Data: 5 de Dezembro de 2007
--	--	--

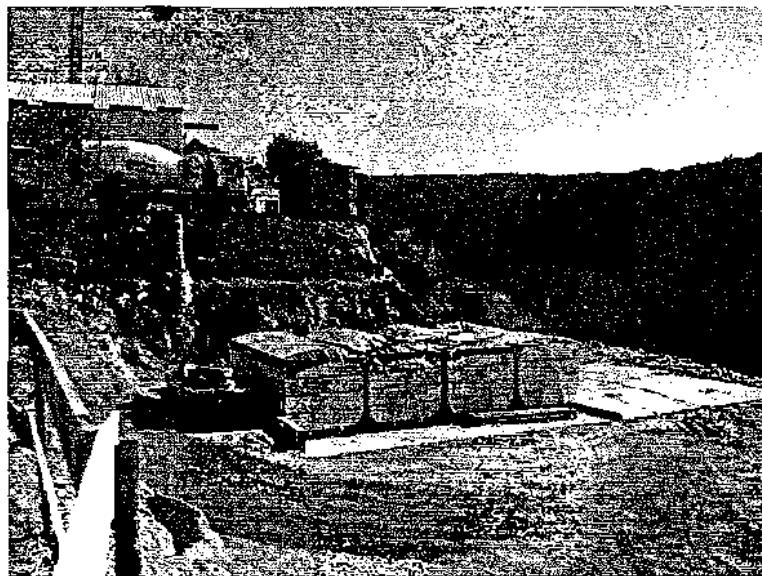
ANEXO I: FOTOS**Área de armazenamento de pneus****Área de armazenamento de resíduos de betão****Elaborado/Revisto:**

2008-D-0

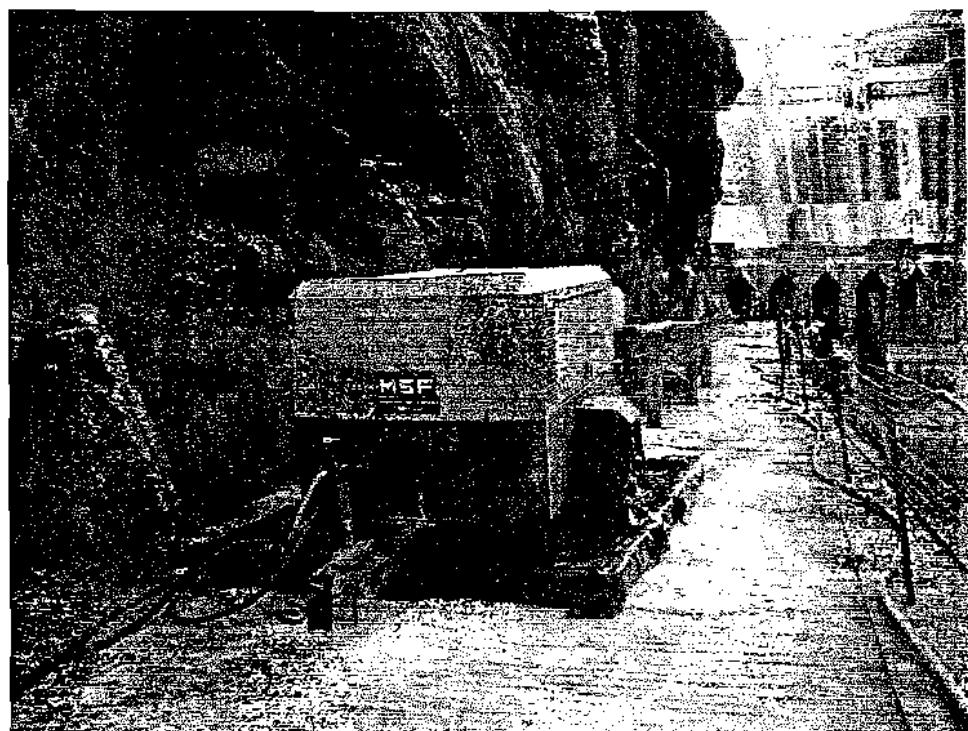
Aprovado:**Data:**
5 de Dezembro
de 2007



Área de deposição selectiva de resíduos não perigosos



Bacias de contenção de derrames em equipamentos móveis



Elaborado/Revisto:

2902.001.0

Aprovado:

Data:
5 de Dezembro
de 2007



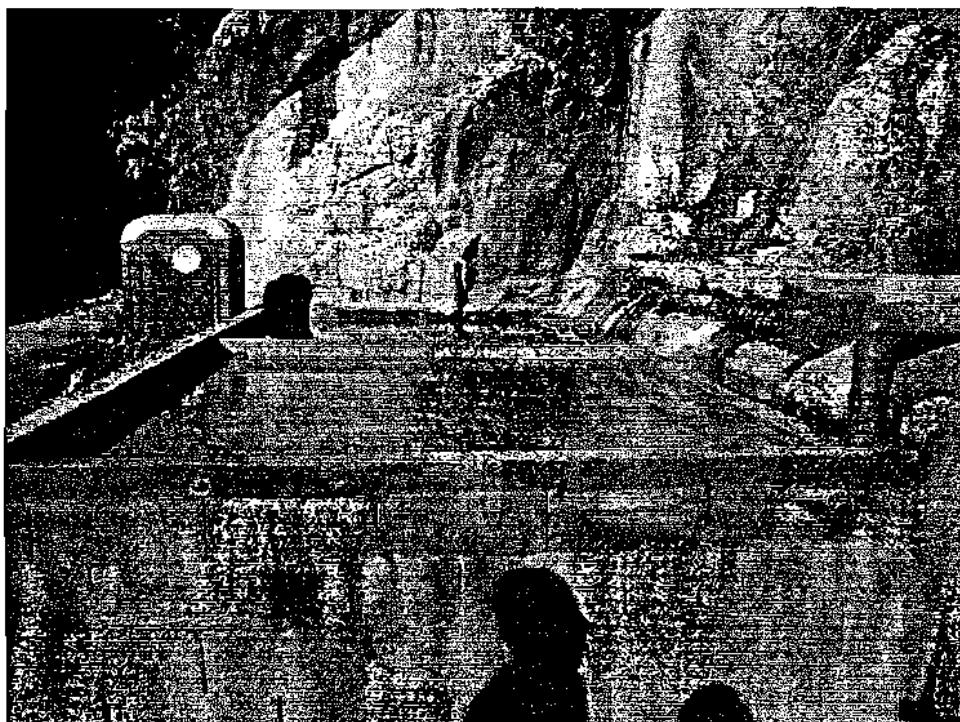
Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo I

Mês/Ano:
Novembro 2007

Pág.: 13 / 18

Tanque de decantação de águas



Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
<i>Dick</i> 2906.001.0	<i>JR</i>	5 de Dezembro de 2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo II

Mês/Ano:
Novembro 2007

Pág.: 14 / 18

Anexo II – Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para Captação de Água Superficial

Elaborado/Revisto:

2008.001.0

Aprovado:

Data:

5 de Dezembro
de 2007



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDEMAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

Processo nº: 1700/2007
Emitida em: 13-11-2007

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA
SUPERFICIAL N.º 175/2007
Emitida nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio

I – IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR:

Nome/Denominação social: MSF-Moniz da Maia, Serra & Fortunato, Empreiteiros SA, identificação fiscal n.º 500195838, bilhete de identidade n.º - emitido em - pelo arquivo de identificação de - com residência em Av. Columbano Bordalo Pinheiro Nº. 52, código postal 1070-064, na localidade de Lisboa, freguesia de - concelho de telefone 217 213 500, telemóvel --, fax ---, e-mail ---.

II – LOCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

Local: Barrocal do Douro, Freguesia: Sendim, Concelho: Miranda do Douro

Carta militar n.º 473-476 (1:25 000) Coordenadas Hayford-Gauss militares (metros): M = P =

rio ribeira/ribeiro barranco albufeira lagoa

Margem: esquerda direita

Denominação:

Bacia hidrográfica: Rio Douro, Sub-bacia: Sistema aquífero: --

Massa de água --

Classificação do estado da massa de água nos termos da legislação em vigor

Designada como -- nos termos de --

III – CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

1- Tipo

superficial: jangada torre drenos em curso de água outro (especificar)

subterrânea: furo vertical furo horizontal poço mina outro (especificar)

Captação: principal reforço reserva substituição da captação

2- Uso

particular colectivo

3- Finalidade

consumo humano rega actividade industrial actividade de recreio ou de lazer

outro (especificar)

4- Características

Captação superficial

Cota(s) ou profundidade(s) das tomadas de água (m)

Captação subterrânea

Método de perfuração: rotopercussão percussão rotary com circulação inversa

rotary com circulação directa outro (especificar)

Perfuração: profundidade (m) diâmetro (mm) comprimento (m)

Profundidade máxima do sistema de extração (m) Cimentação anular até à profundidade de (m)

Revestimento: tipo PVC diâmetro da coluna (mm)

5- Equipamento de extração instalado

Tipo: Potência instalada: (cv)



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

6. Regime de exploração

Caudal máximo instantâneo (l/s): 0,55 Volume médio anual (m^3): 3000

Mês de maior consumo Agosto Volume máximo mensal para o mês de maior consumo (m^3): 500

N.º horas/dia em extração 4 N.º dias/mês em extração 20 N.º meses/ano 4

IV – CONDIÇÕES

- 1º A captação será exclusivamente utilizada para as instalações industriais e da produção do estaleiro da obra que está a ser levada a efecto na Barragem do Picote no local supra indicado, fim que não pode ser alterado sem prévia autorização da entidade licenciadora.
- 2º A captação será explorada em harmonia com a memória descriptiva aprovada em _____ pela entidade licenciadora.
- 3º O titular deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras entidades.
- 4º Pela utilização das águas sujeitas a planeamento e gestão públicos é devida a Taxa de Recursos Hídricos (TRH) conforme dispõe o n.º2 do artigo 77.º da Lei n.º58/2005, de 29 de Dezembro e nos termos que vierem a ser definidos na legislação complementar.
- 5º O titular deverá respeitar o regime de exploração acima descrito.
- 6º O titular é obrigado a implementar as medidas adequadas à protecção e manutenção da captação.
- 7º Num raio de (50) metros com centro na captação não podem existir fossas cu poços absorventes, nitrarias, estábulos e depósitos de resíduos de qualquer natureza.
- 8º O titular da licença fica obrigado a informar a entidade licenciadora de qualquer incidente grave que afete o estado das águas.
- 9º O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente autorização, bem como todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que for aplicável, e os que venham a ser publicados, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente autorização sejam aplicáveis.
- 10º Para efeitos de fiscalização ou inspecção, o titular fica obrigado a facultar, às entidades competentes, o acesso à captação e equipamentos a que respeitam esta autorização.
- 11º As despesas com vistorias extraordinárias, inerentes à execução desta autorização ou que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo seu titular.
- 12º Esta autorização só pode ser transmitida nas condições previstas no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 13º Esta autorização poderá, a qualquer altura, ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28º e 32º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 14º Esta autorização caduca nas condições previstas no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

V – OUTRAS CONDIÇÕES

1º

2º

Mirandela, 13 de Novembro de 2007

A CHEFE DE DIVISÃO

Maria Helena Teles (Engº Civil)

HT/MA



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo II

Mês/Ano:
Novembro 2007
Pág.: 15 / 18

Anexo III – Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais Domésticas no solo

Elaborado/Revisto:

2906.001.0

Aprovado:

Data:
5 de Dezembro
de 2007



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

Processo nº: 1701/07
Emitida em: 14/11/2007
Válida até: 13/11/2010

LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS
DOMÉSTICAS NO SOLO N.º 51/2007

Emitida nos termos do Decreto-Lei n.º226-A/2007, de 31 de Maio que anula e substitui a licença n.º ---

I – IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR

MSF - MONIZ DA MAIA, SERRA & FORTUNATO - EMPREITEIROS, SA, identificação fiscal n.º 500 195 838, com sede em Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 52, código postal 1070-064 LISBOA, na localidade de Lisboa, freguesia de _____, concelho de Lisboa.
CAE: Actividade:

II – LOCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

1- Ponto de descarga

Local: Barrocal do Douro Freguesia: Picote Concelho: Miranda do Douro Carta militar n.º 95 (1:25 000)
Coordenadas Hayford-Gauss militares (metros): M = 491.890,13 P = 349.136,07

2- Meio receptor - Solo

Bacia hidrográfica: Douro Sub-bacia:

III – CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

Águas residuais domésticas

Origem das águas residuais a tratar: habitação instalações sociais comércio/Serviços outra estaleiro de obra

sita(s) em Areias

Freguesia: Picote Concelho: Miranda do Douro

Sistema de tratamento: ETAR compacta com sistema de lamas activadas e poço absorvente Caudal máximo de descarga / Nº de habitantes equivalentes: 30 m³/dia / 200 Heq

IV – PRAZO

Esta licença é válida pelo prazo de três anos, contados a partir da data da sua emissão.

V – CONDIÇÕES GERAIS

- 1º A rejeição de águas residuais domésticas será exclusivamente realizada no local e nas condições indicadas nesta licença, não estando autorizadas quaisquer outras descargas ce efluentes, fim que não pode ser alterado sem prévia autorização da entidade licenciadora.
- 2º O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente licença, bem como todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que lhe for aplicável, e os que venham a ser publicados, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente licença sejam aplicáveis.
- 3º Pela utilização dos recursos hídricos é devida a Taxa de Recursos Hídricos (TRH) conforme dispõe o n.º2 do artigo 77.º da Lei n.º58/2005, de 29 de Dezembro e nos termos que vierem a ser definidos na legislação complementar.
- 4º Sem prejuízo da cláusula anterior, e enquanto não for publicada a legislação complementar, são aplicadas as taxas previstas no Decreto-Lei n.º47/94, de 22 de Fevereiro e respectiva legislação complementar (nos casos aplicáveis).
- 5º Para efeitos de fiscalização ou inspecção, o titular fica obrigado a facultar, às entidades competentes, esta licença, bem como o acesso à área, construções e equipamentos a ela associados.
- 6º As despesas com vistorias extraordinárias inerentes à emissão desta licença, ou as que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo seu titular.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

- 7º A presente licença pode ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28º e 32º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 8º A entidade licenciadora reserva o direito de restringir excepcionalmente o regime de utilização dos recursos hídricos, por período a definir, em situações de emergência, nomeadamente secas, cheias e acidentes.
- 9º A licença só poderá ser transmitida mediante autorização da entidade licenciadora de acordo com o disposto no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 10º A licença só poderá ser transaccionada e temporariamente cedida mediante autorização da entidade licenciadora de acordo com o disposto no artigo 27º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 11º A licença caduca nas condições previstas no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 12º O titular obriga-se a solicitar a renovação desta licença, no prazo de 6 meses antes do seu termo, caso se mantinham as condições que determinaram a sua atribuição.
- 13º Esta licença não confere direitos contra concessões que vierem a efectuar-se nos termos da legislação vigente.
- 14º O titular fica obrigado a informar a entidade licenciadora, no prazo máximo de 24 horas, de qualquer acidente que afecte o estado das águas.
- 15º Em caso de incumprimento da presente licença, o seu titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.
- 16º O titular deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras Entidades.

VI – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 1º O sistema de tratamento de águas residuais será executado de acordo com o projecto aprovado em 14/11/2007, pela entidade licenciadora.
- 2º Qualquer alteração no funcionamento do sistema, mesmo que não prejudique as condições impostas nesta licença, deve ser comunicada à entidade licenciadora no prazo de cinco dias.
- 3º O titular obriga-se a assumir a responsabilidade pela eficiência do processo de tratamento e/ou procedimentos que adoptar com vista a minimizar os efeitos decorrentes da descarga de efluentes, atendendo às necessidades de preservação do ambiente e de defesa da saúde pública.
- 4º O titular obriga-se a garantir que os órgãos de tratamento, à excepção dos de infiltration no solo, são completamente estanques.
- 5º O titular obriga-se a observar todos os preceitos legais no que concerne a segurança, gestão de resíduos e conservação da natureza e também a legislação e os regulamentos específicos das actividades complementares que simultaneamente venham a ser desenvolvidas no local.
- 6º A descarga das águas residuais no solo não deve provocar alteração da qualidade das águas subterrâneas, ficando assim condicionada à natureza do terreno de infiltration, às suas condições de permeabilidade e à altura do nível freático bem como a outros possíveis factores decorrentes da necessidade de preservação do ambiente e de defesa da saúde pública.
- 7º O sistema complementar de infiltration deve situar-se a uma distância mínima de forma a não interferir com qualquer poço, furo, mina, nascente ou similar, existente no local.
- 8º O sistema complementar de infiltration deve situar-se a uma distância mínima nunca inferior a m de qualquer poço, furo, mina, nascente ou similar, existente no local.
- 9º O titular obriga-se a manter o sistema de tratamento adoptado em bom estado de funcionamento e conservação.
- 10º O titular obriga-se a efectuar a limpeza dos órgãos de tratamento sempre que necessário, devendo guardar os comprovativos da sua realização, com indicação do destino final das lamas, para efeitos de inspecção ou fiscalização por parte das entidades competentes.
- 11º O titular obriga-se a solicitar a ligação ao colector municipal assim que a rede de saneamento exista e permita o encaminhamento dos efluentes ao sistema público desactivando o sistema individual de tratamento, o qual deverá ser demolido ou entulhado, depois de cuidadosamente limpo e desinfetado, conforme o disposto no artigo 95º do Decreto-Lei n.º 383/82, de 7 de Agosto de 1971 (REGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas).
- 12º O titular obriga-se a respeitar outras utilizações dos recursos hídricos devidamente tituladas, bem como quaisquer restrições de utilização local.
- 13º No prazo máximo de 80 dias a contar da data de entrada em funcionamento da utilização, será prestada uma caução, a favor da CCDR do Norte para recuperação ambiental no valor de € (entre 0,5 e 2% do montante investido), de acordo e nos termos previstos na alínea A) do Anexo I do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

VII – OUTRAS CONDIÇÕES

- 1º Todas as águas residuais domésticas produzidas só deverão ser encaminhadas para o órgão de infiltração no solo, após tratamento na ETAR.

Mirandela, 14 de Novembro de 2007





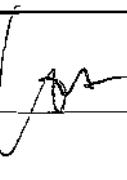
Empreitada Geral de Construção do Reforço da Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo II

Mês/Ano:
Novembro 2007

Pág.: 16 / 18

Anexo IV – Documento da Agência Portuguesa do Ambiente, referente a resíduos de desmatação.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
 2806.091.0		5 de Dezembro de 2007

Consórcio MSF/OPCA
Barrocal do Douro
5225-071 Picote

S/ referência	Data	N/ referência	Data
226/07/BP/DV	26.07.2007	173/07/DFEMR - DEGMR	

Assunto: Resíduos de desmatação – Empreitada Geral de Construção de Reforço de Potência do Picote

Ná sequência da carta de V. Exa., com a referência em epígrafe, apresenta-se em seguida os esclarecimentos solicitados relativos à gestão de resíduos de desmatação de áreas de implantação de um estaleiro.

De acordo com o disposto no ponto 3 do artº 9º do Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico Geral de Resíduos, são "proibidos o abandono de resíduos, a incineração de resíduos no mar e a sua injecção no solo, bem como a descarga de resíduos em locais não licenciados para realização de operações de gestão de resíduos", pelo que o enterramento de resíduos não se afigura uma actividade legal de gestão de resíduos.

Deste modo, o encaminhamento deste tipo de resíduos deverá obedecer ao quadro legal vigente atendendo à natureza e composição, uma vez que a presença em obra dos resíduos de desmatação em causa poderá ter conduzido à contaminação dos mesmos com substâncias consideradas perigosas.

Nesta sequência, sugere-se a consulta à "Lista de Operadores de Resíduos Não Urbanos" constante do Portal da Agência Portuguesa do Ambiente: www.inresiduos.pt.

Com os melhores cumprimentos,

c/c
LC

Distribuição de Documentos	
Obra n.º	Ref.
2908	613
Recebido p/	Sandie 16/11/07
Resp.	Rúbrica
Produção	
Topog.	
Qualidade	
Segurança	
Adm. Fin.	
D.O.	

/CC;AB

(a) AJ

O Director-Geral

António Gonçalves Henriques

Luisa Pinheiro
Sub-Diretora-Geral



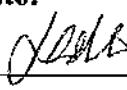
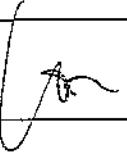
Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo II

Mês/Ano:
Novembro 2007

Pág.: 17 / 18

Anexo V – Boletim analítico de águas residuais;

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
 2908.001.0		5 de Dezembro de 2007



E Q U I L I B R I U M
Laboratório de
Controlo de
Qualidade e de
Processos
Lda

IPAC
 acreditação

LD312
 Ensaios

Boletim Analítico Nº: 20075584

Ver. 1.0

Âmbito: Determinações em Amostras de Águas residuais

Boletim Definitivo

Requisitante: Consórcio MSF/OPCA

Morada: Barrocal do Douro - Apartado 32 - 5225-071

Designação da Amostra: Amostra Composta

COLHEITA DE AMOSTRAS

Data: 09-10-2007

Colheita efectuada por: Sara Cunha - Equilibrium

Hora de Colheita: 15:10

Ponto: Efluente tratado

Tipo de Análise: MB+FQ

Método de Recolha: MI 4(ISO 5667/3)

Origem: Etar

Tratamento: Com tratamento

ANALISE

Data de Entrada: 09-10-2007

Período de Análise: 09-10-2007 a 26-10-2007

Ref. Amostra: 20075584

Descrição	Métodos	Exp. Result.	Resultados	VMR (b)	VMR (a)
Quant. Bactérias Coliformes fecais	MI2 (ISO 9308/1)	MF/100mL	1.6e+5	—	—
pH, a 18°C	SM 4500 - H-B	Escala de Sorenson	7.4	6.0 a 9.0	—
Sólidos suspensos totais	SM 2540 - D	mg/L	180	60	—
Cerância química de oxigénio (CQO)	SM 5220 D	mg/L O ₂	1,4e+3	150	—
Oleos e gorduras	SM 5520 B	mg/L	8.0	15	—
Carbôncia Bioquímica em Oxigénio (CBOD ₅)	SM 5210 B	mg/L O ₂	936	40	—
Cheiro	SM 2150 B	Taxa de diluição	3	1 para 20	—
Cor (após filtração simples)	NP 627	mg/L Pt-Co	714	—	—
Detergentes	SM 5540 C	mg/L	1.26	2.0	—
Fósforo total	SM 4500 - P - D	mg/L P	11	10	—
Nitratos	SM 4500-NO ₃ -B	mg/L NO ₃	69,5	50	—
Azoto total	MI	mg/L N	91,5	75	—
Azoto amoniacal	SM 4500 - NH ₃ C	mg/L NH ₄	1	10	—
Sulfuretos	SM 4500 - S - D	mg/L S	1,64	1	—

Obs.:

O ensaio assinalado com (*) não está incluído no âmbito da acreditação.

EMISSÃO

Porto, 26 de Outubro de 2007

O Director do Laboratório

Maria Cristina Antão, S.C., Dra.

NP: Norma Portuguesa; SM: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th ed; ISO: International Standard Organization; NF: Norma Francesa; EN: Norma Europeia; MI: Método Interno; DIN: Norma Alemã; LQ: Limite de Quantificação.

a)Valor Máximo Recomendado. b)Limite de lei (LL) segundo o Decreto Lei 236/98, é excepção das águas de consumo humano, para as quais Valor Paramétrico (VP) segundo o Decreto Lei 243/01.

(Este Boletim Analítico foi assinado digitalmente)

Os resultados apresentados referem-se exclusivamente à amostra designada neste Boletim Analítico.
 O Boletim Analítico não deve ser reproduzido, a não ser na íntegra, sem acordo escrito do Laboratório.



E Q U I L I B R I U M
**Laboratório de
Controlo de
Qualidade e de
Processos**
Lda

IPAC
acreditação
 L0312
 Ensaios

Boletim Analítico Nº: 20075584

Versão: 1.0

Âmbito: Determinações em Amostras de Águas resíduais

Boletim Definitivo

Requisitante: Consórcio MSF/OPCA

Morada: Barrocal do Douro - Apartado 32 - 5225-071

Designação da Amostra: Amostra Composta

COLHEITA DE AMOSTRAS

Data: 09-10-2007

Colheita efectuada por: Sara Cunha - Equilibrium

Hora de Colheita: 15:10

Ponto: Efluente tratado

Tipo de Análise: MB+FQ

Método de Recolha: MI 4(ISO 5667/3)

Origem: Etar

Tratamento: Com tratamento

ANÁLISE

Data de Entrada: 09-10-2007

Período de Análise: 09-10-2007 a 26-10-2007

Ref. Amostra: 20075584

Descrição:

Métodos:

Exp. Result.

Resultados:

IL/ALP (b)

VMR (a)

APRECIAÇÃO

Os parâmetros assinalados a **bold** não estão em conformidade com o Decreto Lei 236/98.

Obs.:

O ensaio assinalado com (*) não está incluído no âmbito da acreditação.

EMISSÃO

Porto, 26 de Outubro de 2007

O Director do Laboratório

Maria Cristina Antão, S.C., Dra.

(Este Boletim Analítico foi assinado digitalmente)

NP: Norma Portuguesa; SM: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th ed; ISO: International Standard Organization; NF: Norme Française; EN: Norma Europeia; MI: Método Interno; DIN: Norma Alemã; LQ: Limite de Quantificação.

a)Valor Máximo Recomendado. b)Límite de lei (L_L) segundo o Decreto Lei 236/98, à excepção das águas de consumo humano, para as quais Valor Parâmetrico (VP) segundo o Decreto Lei 243/01.

Os resultados apresentados referem-se exclusivamente à amostra designada neste Boletim Analítico.
 O Boletim Analítico não deve ser reproduzido, a não ser na íntegra, sem acordo escrito do Laboratório



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo II

Mês/Ano:
Novembro 2007

Pág.: 18 / 18

Anexo VI – Mapa de Resíduos Produzidos e Guia de Acompanhamento de Resíduos

Elaborado/Revisto:

2906.001.0

Aprovado:

Data:
5 de Dezembro
de 2007



MAPA DE RESÍDUOS PRODUZIDOS

Designações:

- [1] : L- Líquido ; P- Pastoso ; S- Sólido
- [2] : Ta- Tambor; B- Barril de madeira; J- Jerricane; CX- Caixa; S- Saco; EC- Embalagem composite ; T- Tanque; G- Granel; EM- Embalagem Metálica; O- Outro (Indicar qual)
- [3] : A- Aço ; AL- Alumínio ; M- Madeira ; MP- Matéria Plástica ; V- Vidro, porcelana ou grés ; O- Outro (Indicar qual)
- [4] : D1 ; D2 ; ... ; D15 (Portaria Nº 209/2004 de 3 Março)
- [5] : R1 ; R2 ; ... ; R13 (Portaria Nº 209/2004 de 3 Março)

LER*: 13 02 08

*utilizar lista de resíduos em vigor

Mês: Novembro

Total: 2000 L

Ano: 2007

Obra	Guia Nº	Código LER	Designação	Empresa	Data do Transp.	Quant.	Un.	Estado	Acondicion.		Empresa	Data de Recepção	DESTINO FINAL DO RESÍDUO			
									Tipo [2]	Material [3]			Tratamento	Rec. Aceite? [S/N]	Observ.	
													Eliminação [4]	Valorização [6]		
2908	8558853	13 02 08	outros óleos de motores, transmissão e lubrificação	Palmiresíduos	14-Nov-07	2000	L	L	T	A	Palmiresíduos	22-Nov-07		R13	S	--



S.

R.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Modelo A – GUIA DE ACOMPANHAMENTO DE RESÍDUOS N.º 8558853

Não aplicável a resíduos hospitalares

Nome e endereço: RUA D. MARIA, SANTA MARIA DE FORTUNATO - BANTUVAL 90 3070 Telefone: 21 3138120 Fax: 21 3139016 Telex: FRECUÍSA DE VIRESTE Pessoa a contactar: OSCAR M. GOUVEIA (011) 41111000 / 011-325775 / 011 1111110000	
--	--

Identificação do resíduo: LÍQUIDOS INÓSPEROS	Destino do resíduo: R-13
Indicação de código correspondente: 303-113-100	Quantidade: 1000 litros
Assinale com um X qual o estado que melhor descreve o resíduo:	
<input checked="" type="checkbox"/> Líquido <input type="checkbox"/> Gasoso <input type="checkbox"/> Solido	
Declaração: certifico a exactidão das declarações prestadas e que o destinatário está devidamente autorizado a receber este resíduo.	
Data: 007/11/96 Assinatura: Oscar M. Gouveia	

Nome e endereço: PALMIRESIDUOS, Lda. — Zona Industrial		
Telefone: 259059629	Fax: 259050485	
Pessoa a contactar: Oscar Manuel M. Gouveia		
Identificação do meio de transporte: 65-15-XN		
Condições de acondicionamento do resíduo		
TIPO	MATERIAL	N.º DE EMBALAGENS OU RECIPIENTES
<input type="checkbox"/> Tambor	<input type="checkbox"/> Aço	
<input type="checkbox"/> Barrica de madeira	<input checked="" type="checkbox"/> Alumínio	
<input type="checkbox"/> Jerricanes	<input type="checkbox"/> Madeira	
<input type="checkbox"/> Caixa	<input type="checkbox"/> Materia plástica	
<input type="checkbox"/> Saco	<input type="checkbox"/> Vidro, porcelana ou grés	
<input type="checkbox"/> Embalagem composite	<input type="checkbox"/> Outro (indique qual):	
Data: 007/11/96		Assinatura do motorista: G. G. G.

Nome e endereço: PALMIRESIDUOS, Lda. — Zona Industrial de Aljó	
Telefone: 259059629	Fax:
Pessoa a contactar: Oscar Manuel M. Gouveia	
Data de receção do resíduo: 007/11/96 Identificação do meio de transporte: 96-15-XN	
Recepção aceite	Recepção recusada
Quantidade: 1000 litros	Motivo:
Data: 007/11/96	

PALMIRESIDUOS
Combustíveis e Resíduos, Lda
Contribuinte n.º 505 080 150
Apartade 37
00760-090 ALJÓ

(Assinatura)

ECOLUB

GUIA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE ÓLEOS USADOS N.º PAL002528

Modelo A - Guia de Acompanhamento de Resíduos N.º

8558853

1 - PRODUTOR / DETENTOR

Quantidade	<u>3000</u>	<input type="checkbox"/> Kg	<input checked="" type="checkbox"/> Litros
Destino do Óleo Usado	<u>82-13</u>		
CARGA			
Data Prevista de Carga	<u>14-11-07</u>	Hora de Carga	<u>14:00</u>
AMOSTRAS			
Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	N.º de Identificação	
13 01 10* <input type="checkbox"/>	13 01 11* <input type="checkbox"/>	13 01 12* <input type="checkbox"/>	13 01 13* <input type="checkbox"/>
13 02 08* <input checked="" type="checkbox"/>	13 03 07* <input type="checkbox"/>	13 03 08* <input type="checkbox"/>	13 02 05* <input type="checkbox"/>
			13 02 06* <input type="checkbox"/>
			13 03 09* <input type="checkbox"/>
			13 03 10* <input type="checkbox"/>
			16 01 13* <input type="checkbox"/>
			13 02 07* <input type="checkbox"/>
			Outro <input type="checkbox"/>

CÓDIGO LER

Declaração: Certifico a exactidão das declarações prestadas e que o destinatário está devidamente autorizado a receber este resíduo.

(Assinatura igual ao B.I.)

TIPO	<input checked="" type="checkbox"/> Granel	<input type="checkbox"/> Embalagem	<input type="checkbox"/> Tambor	<input checked="" type="checkbox"/> Tanque
<input type="checkbox"/> Outro	Indique qual			N.º de Embalagens

REGISTO DE NÃO CONFORMIDADES

01 02 03 04 05 06 Outro

Observações

TRANSPORTE (Início)

86-15-XW 14-11-07 14:00
Matrícula da Viatura Data Hora

Oscar Gouveia
Motorista

Oscar Gouveia
(Assinatura igual ao B.I.)

Quantidade	<u>1000</u>	<input type="checkbox"/> Kg	<input checked="" type="checkbox"/> Litros
------------	-------------	-----------------------------	--

N.º de Telefone de Passagem Matrícula da Viatura

REGISTO DE NÃO CONFORMIDADES

11 12 13 14 15 16 Outro

Observações

RECEPÇÃO

Aceite Recusada 14-11-07 14:00
Data Hora

Oscar Gouveia
(Assinatura igual ao B.I.)

NIF	<u>505 080 150</u>	Código	<u>170 100 500</u>
PALMIRESÍDUOS, Lda.			
Nome			
Zona Industrial			
Morada	<u>5070 - 072</u>	Localidade	<u>Aljó</u>
Código Postal	<u>25.000,00 / 261 / ALIJÓ</u>		
Capital Social / Matricula N.º / C.R.C.			
13/01/2004			
N.º de Alvará	N.º de Registo OU		
Óscar Manuel Meireles Gouveia			
Pessoa a contactar			
259 959 629	259 950 486		
Telefone	Fax		
geral@palmiresiduos.pt			
E-mail			

NIF	<u>505 080 150</u>	Código	<u>170100500</u>
PALMIRESÍDUOS, LDA			
Nome			
Zona Industrial de Aljó			
Morada (Local de descarga)	<u>5070 - 072</u>	Localidade	<u>Aljó</u>
Código Postal	<u>259 959 629</u>		
Telefone	Fax		
geral@palmiresiduos.pt			
E-mail			



ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO E ÂMBITO	1
2 - REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES	2
3 - LICENCIAMENTOS E CONTACTOS COM ENTIDADES COMPETENTES	4
4 - MONITORIZAÇÃO	5
5 -IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	7
6. AUDITORIAS, VISTORIAS E INSPECÇÕES	8
7. OCORRÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS	8
8. RECLAMAÇÕES DE TERCEIROS E PARTES INTERESSADAS	8
9. PLANO DE ACÇÃO	9
10. ANEXOS	10

1 - INTRODUÇÃO E ÂMBITO

Este documento constitui o Relatório de Acompanhamento Ambiental nº. 04 que sintetiza as principais actividades realizadas no âmbito da implementação da Plano de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança, concretamente no que diz respeito a questões de índole ambiental, conforme estabelecido na Especificação de Processo “Relatório Mensal de Acompanhamento Ambiental” (EPO.2908.02), emitida para a Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote, no período que comprehende o periodo de 01 a 31 de Outubro de 2007.

Principais actividades no período em análise

Tomada de Água - Escavações e Contenções (Viga ancorada – instalação e pré-esforço de ancoragens);

Tomada de Água – Desmontagem parcial da protecção aos transformadores;

Galeria de Acesso Existente – Escavações, Contenções e Emboquilhamento inferior;

Galeria de Acesso à Central II- Escavações e Contenções;

Bocal de Restituição (Viga de contenção – instalação e pré-esforço de ancoragens);

Bocal de Restituição (Escavação e Contenção);

Bocal de Restituição (Desmontagem de cimbre);

Rebaixamento do leito do rio – bombagem de jusante, remoção de barra e acesso à restituição;

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
		05 de Novembro de 2007



2 – REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, informamos que, tivemos em particular atenção o cumprimento de alguns diplomas, descritos de seguida tendo como base o descritor ambiental relevante associado.

2.1. Resíduos:

- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05 de Setembro (Gestão de resíduos)
- Portaria n.º 209/2004 de 3 de Março (Aprova a Lista Europeia de Resíduos)
- Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho (Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos novos e usados)

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Gestão de Resíduos permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

2.2 Efluentes Líquidos

- Dec. lei n.º 236/98 de 1 de Agosto – Normas, critérios e objectivos de qualidade do meio aquático
- Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro – Lei da água, estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água. (aplicável todas as portarias reguladoras)
- Dec. lei n.º 226_A/2007 de 1 de Agosto – Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Controlo de Águas Residuais permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
		05 de Novembro de 2007



2.3 Ruído Ambiental e Vibrações

- Dec. lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro – Regulamento Geral de Ruído (incluído a Decl. Rectificação n.º 18/2007 de 16 de Março), alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de Agosto
- Dec. Lei n.º 221/2006 de 8 de Novembro – Regras de emissões sonoras de equipamentos para utilização no exterior
- Dec. lei n.º 291/90 de 20 de Setembro – Controlo metrológico de equipamentos de medição.
- Norma NP 1730-1:96 – Acústica : descrição e medição do ruído ambiente
- Norma Portuguesa NP 2074:1983 (Avaliação da influência em construções de vibrações provocadas por explosões ou solicitações similares)

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Monitorização de Ruído permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

No que diz respeito ao controlo de vibrações, informa-se que o mesmo está a ser efectuado pelo Consórcio MSF/OPCA, tendo como referência a norma relativa a vibrações acima referida.

2.4 Património

- Decreto-Lei nº 270/1999 de 15 Julho, D.R. nº 163/99 Série I-A, “Aprova o regulamento de Trabalhos Arqueológicos”.
- Decreto-Lei nº 287/2000 de 10 de Novembro, D.R. nº 260/00 Série I-A, “ Alteração ao Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho”.
- Lei nº 107/2001 de 10 de Setembro, D.R. nº 209/01 Série I-A, “Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”.

Elaborado/Revisto: 	Aprovado: 	Data: 05 de Novembro de 2007
2908.001.0		



A análise destes diplomas permitiu a emissão do Plano de Salvaguarda e Património, o qual se encontra implementado, sendo emitidos mensalmente relatórios de progresso de acompanhamento arqueológico. É ainda de salientar que foi efectuada a revisão 03 deste documento, referida no ponto 3.5.

3 – LICENCIAMENTOS E CONTACTOS COM ENTIDADES COMPETENTES

3.1 Licença de Estaleiro

A planta de estaleiro revista, emitida em 18 de Outubro, constitui um dos elementos base do processo de licenciamento de estaleiro junto da Câmara Municipal. Este processo será instruído no início do mês de Novembro visto que só recentemente foi possível compilar todos os dados necessários, nomeadamente os documentos que atestam a titularidade dos terrenos de implantação de estaleiro.

3.2 Licença Especial de Ruído

Nada a referir, tendo em consideração o deferimento do pedido de isenção remetido à Câmara Municipal de Miranda do Douro

3.3 Licença de Captação de Águas

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a captação de águas foi instruído no dia 24 de Outubro junto da CCDR, delegação de Mirandela. Deste modo, aguarda-se agora a emissão de licença de captação de águas por parte daquela entidade.

3.4 Licença de Rejeição de Águas Residuais

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a captação de águas foi instruído no dia 24 de Outubro junto da CCDR, delegação de Mirandela. Deste modo, aguarda-se agora a emissão de licença de rejeição de águas por parte daquela entidade.

Elaborado/Revisto: 	Aprovado: 	Data: 05 de Novembro de 2007
-------------------------------	----------------------	---



3.5 Outros

Continua em curso a elaboração do processo de licenciamento industrial da central de betão a instalar em obra, a instruir logo que possível junto da Direcção Regional da Economia do Norte.

Ainda no que diz respeito aos resíduos de desmatação resultantes de actividades nas áreas de implantação de estaleiros, frentes de obra e escombreira norte, continuamos sem resposta do Departamento de operações e gestão de resíduos (ex Instituto dos Resíduos), relativa ao procedimento de gestão deste tipo de resíduos proposto, que inclui o seu enterramento e compactação. Neste seguimento, e tendo em consideração as infrutíferas tentativas de contacto telefónico com aquela entidade, será reiterado o pedido formal de aprovação do procedimento proposto.

4 – MONITORIZAÇÃO

Dominio Hídrico

Na sequência da instalação e entrada em funcionamento dos equipamentos ambientais como sendo a ETAR, foi realizada nos dias 8 e 9 de Outubro uma campanha de monitorização de qualidade de água pelo Laboratório Equilibrium, com sede no Porto, dando-se assim cumprimento ao estipulado no Plano de Controlo de Águas Residuais emitido para esta empreitada.

Elaborado/Revisado:	Aprovado:	Data:
		05 de Novembro de 2007



Qualidade do Ar

Não aplicável nesta fase, visto que não foram detectadas situações anormais de emissão de poeiras e/ou outros contaminantes atmosféricos, sendo tomadas medidas de minimização, referidas no ponto 5. É ainda de referir que, no âmbito do Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde, foi efectuada uma campanha de avaliação de qualidade do ar, de índole ocupacional, nas diversas frentes de obra (a céu aberto e subterrâneas).

Ambiente Sonoro

Conforme referenciado no relatório referente ao mês anterior, foi realizada a primeira campanha de monitorização de ruído ambiental, nos dias 22 a 24 de Outubro aguardando-se agora a emissão do relatório correspondente por parte da empresa Ambiminho.

Resíduos

Até esta data, não procedemos a qualquer encaminhamento de resíduos não urbanos a destino autorizado, visto que a produção dos mesmos não justificou ainda o seu encaminhamento, prevendo-se um encaminhamento de resíduos industriais não perigosos no decorrer do próximo período.

No decorrer do período em referência, foram colocados nas frentes de obra aonde o volume de produção justificava meios de contentorização de resíduos não perigosos, nomeadamente embalagens, conforme se pode ver em fotografia presentes em anexo

Património

Foram realizados, conforme previsto, os trabalhos referentes à prospecção arqueológica de margens a montante da albufeira na primeira semana de Outubro.

Elaborado/Revisto:

/

2908.001.0

Aprovado:

Data:

05 de Novembro
de 2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência da Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 04

Mês/Ano:
Outubro 2007

Pág.: 7 / 13

Neste seguimento, aguarda-se agora a emissão do relatório correspondente pela empresa ERA Arqueologia, a enviar posteriormente ao IGESPAR.

Também durante o mês de Outubro foi emitido o Relatório de Acompanhamento de Trabalhos Arqueológicos pela Era Arqueologia, o qual foi já enviado ao IGESPAR, para apreciação/ aprovação.

5 –IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Até esta data, têm-se mantido as medidas de minimização constantes na documentação que constitui o Plano de Gestão de Qualidade, Segurança e Ambiente, sendo de referir que algumas destas medidas carecem de alteração e/ou adaptação.

De seguida, listam-se medidas de minimização genéricas adoptadas nesta fase:

- disponibilização de locais de deposição de resíduos sólidos urbanos e embalagens nas frentes de obra (Galeria de Acesso à Central II) - (ver foto no anexo I);
- entrada em funcionamento de um tanque de decantação de águas provenientes da escavação, nas proximidades do bocal de restituição, ainda que o mesmo necessite de alguns ajustes relativos à sua estanqueidade e encaminhamento de afluentes e esfluentes;
- aviso dos moradores da freguesia de Picote das actividades a efectuar no âmbito da empreitada, nomeadamente do desmonte de rocha com recurso a explosivos, através da distribuição de exemplares ao Presidente da Junta da Freguesia de Picote, o qual se encaixará de os apor nos locais que considerar importantes (ver Anexo II);
- disponibilização de áreas de armazenamento de resíduos não perigosos nas frentes de obra e de produtos passíveis de contaminação de solos onde necessário (ver foto no anexo I);

Elaborado/Revisto: 29/09/2007 	Aprovado: 	Data: 05 de Novembro de 2007
---	----------------------	---



- alteração da bacia de retenção de resíduos perigosos, através da execução do lintel de contenção frontal, por forma a assegurar uma capacidade de contenção suficiente (ver foto no anexo I).

6. AUDITORIAS, VISTORIAS E INSPECÇÕES

No dia 03 de Outubro, foi efectuada uma visita à obra, tendo estado presentes representantes da EDP, da Consugal e do Consórcio MSF/OPCA. Na sequência desta visita, foi emitida uma carta pela Consugal, solicitando algumas acções/documentação, a qual foi respondida com a brevidade possível.

Foi realizada uma Inspecção ambiental por parte da Consugal, no dia 15.10.2007, da qual resultou um documento “Lista de Inspecção Ambiental”, que contém observações que serão tidas em consideração pelo consórcio empreiteiro.

Encontra-se também prevista, para a primeira semana do mês de Novembro, uma visita á obra da Comissão de Acompanhamento nomeada no âmbito do Ministério do Ambiente.

7. OCORRÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Nada a referir.

8. RECLAMAÇÕES DE TERCEIROS E PARTES INTERESSADAS

Não há registo de qualquer reclamação apresentada desde o início dos trabalhos até ao final do mês de Outubro.

Elaborado/Revisto: 2008/001.0	Aprovado: 	Data: 05 de Novembro de 2007
---	----------------------	---



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental**RAA n.º 04****Mês/Ano:
Outubro 2007**

Pág.: 9 / 13

9. PLANO DE ACCÃO

No mês de Novembro, prevê-se:

- manutenção da área destinada a lavagem de caleiras de autobetoneiras (nas imediações do estaleiro social), bem como colocação de meio de contentorização do betão resultante daquela operação;
- cobertura da área de deposição selectiva de resíduos de madeira existente no estaleiro industrial (nas imediações da carpintaria) e da área de armazenamento de óleos (adjacente ao depósito de combustível) – esta acção não foi encetada no mês de Outubro pelo facto de se prever a reutilização da chapa metálica que actualmente se encontra a proteger os transformadores e da retirada da mesma ter sido adiada para meados do mês de Novembro;
- cobertura da plataforma de manutenção de equipamentos, por forma a minimizar impactes ambientais de derrames e assegurar deste modo a existência de redes separativas de águas pluviais e residuais;
- correção de alguns aspectos um tanque de decantação de águas provenientes da escavação, nas proximidades do bocal de restituição relativos à sua estanqueidade e encaminhamento de afluentes e esfuentes;
- implementação de contentores para deposição selectiva de embalagens e de papel/cartão na área da oficina;
- colocação de um contentor para pneus usados na área aonde se encontram os contentores para resíduos industriais não perigosos;
- colocação de bacias de contenção de derrames sob os geradores/compressores presentes nas frentes de obra e estaleiro.

Elaborado/Revisto: 2900.001.0	Aprovado: 	Data: 05 de Novembro de 2007
---	--------------------------	---



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 04

Mês/Ano:
Outubro 2007

Pág.: 10 / 13

Será dada particular atenção a estes aspectos, por forma a assegurar o cumprimento do estipulado dos documentos emitidos (com as devidas adaptações à realidade da obra, espelhadas na revisão dos referidos documentos).

Além disso, é prioritária a obtenção de licenças de estaleiro e a instrução do processo de licenciamento da central de betão.

10. ANEXOS

Anexo I – Fotos evidenciando a implementação de medidas de controlo ambiental;

Anexo II – Aviso aos Moradores da Freguesia de Picote.

Elaborado/Revisto: 	Aprovado: 	Data: 05 de Novembro de 2007
-------------------------------	----------------------	---



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

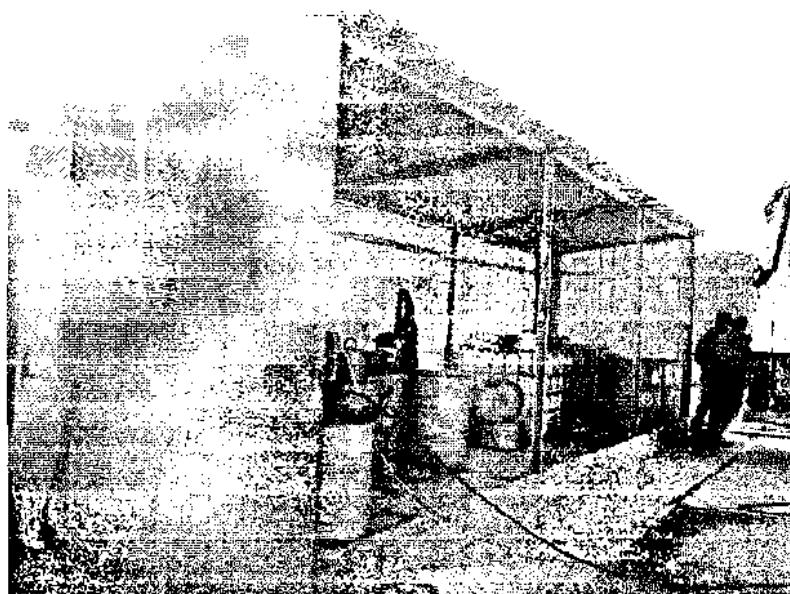
Anexo I

Mês/Ano:
Outubro 2007

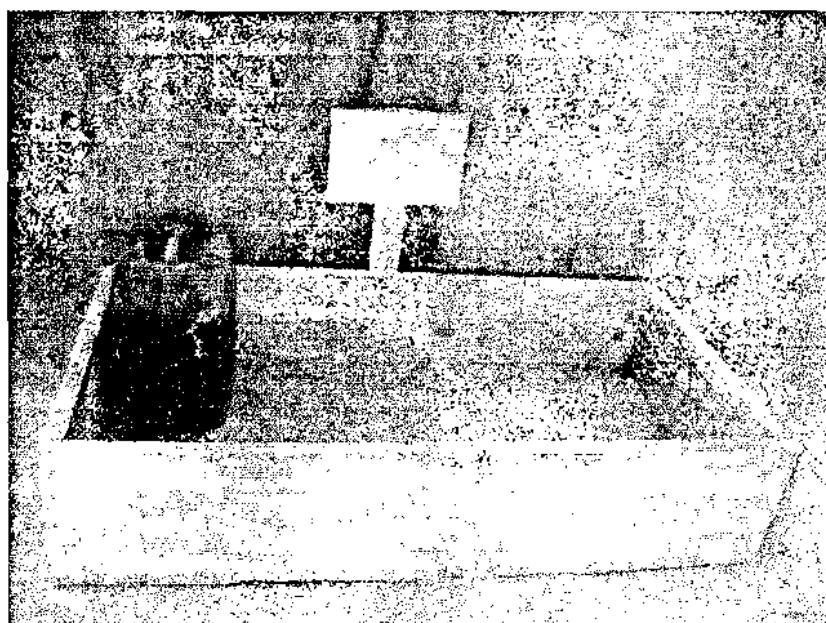
Pág.: 11 / 13

ANEXO I: FOTOS

Área de armazenamento de resíduos perigosos

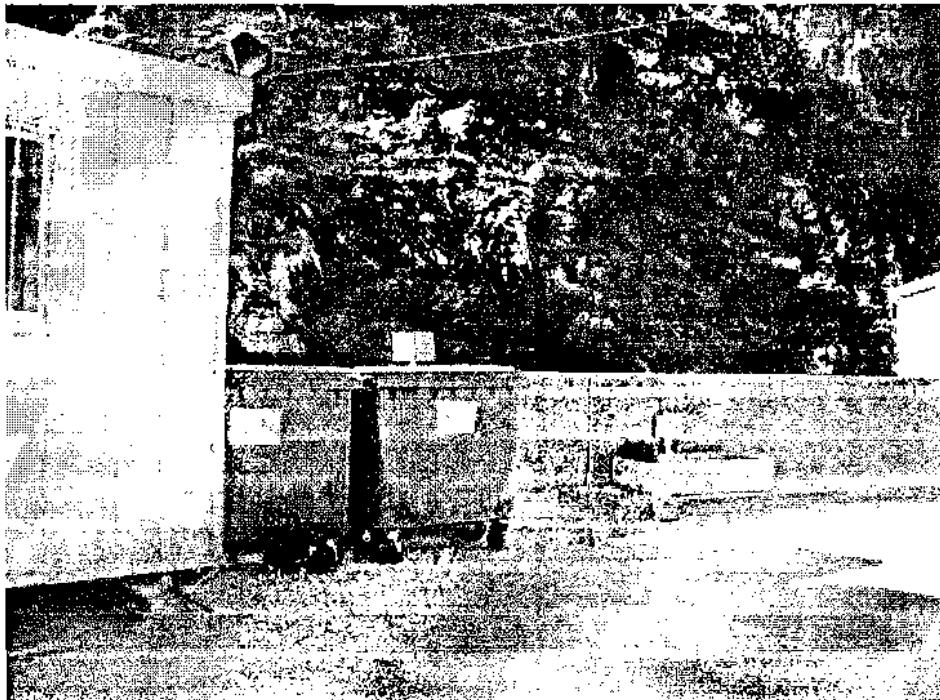


Área de armazenamento de resíduos perigosos nas frentes de obra



Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data:
		05 de Novembro de 2007

Área de deposição selectiva de resíduos – frente de obra



Área de deposição não selectiva de resíduos no estaleiro industrial referida no relatório anterior, triada e devidamente contentorizada no início de Outubro



Elaborado/Revisto:

2900.001.0

Aprovado:

Data:
05 de Novembro
de 2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo II

Mês/Ano:
Outubro 2007

Pág.: 13 / 13

Anexo II – Aviso aos Moradores da Freguesia de Picote.

Elaborado/Revisto: 2908 001.0	Aprovado:	Data: 05 de Novembro de 2007
---	------------------	---



AVISO

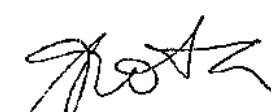
Exmos. Srs. Moradores da Freguesia de Picote:

Devido às actividades da Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência de Picote, será necessário efectuar, nas proximidades da barragem, desmonte de rocha com recurso a explosivos.

Nesta fase, não nos é possível definir com rigor o horário das detonações, mas tentaremos, sempre que possível, efectuar rebentamentos durante o período diurno.

Pedimos desculpa pelo incómodo.

A Direcção Técnica da Empreitada


(Eng.º Luís Mota)



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

Mês/Ano:
Setembro 2007

Pág.: 1 / 14

INDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES	2
3. LICENCIAMENTOS E CONTACTOS COM ENTIDADES COMPETENTES	4
4. MONITORIZAÇÃO	5
5. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	8
6. AUDITORIAS, VISTORIAS E INSPECÇÕES	8
7. OCORRÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS	8
8. RECLAMAÇÕES DE TERCEIROS E PARTES INTERESSADAS	8
9. PLANO DE ACÇÃO	9
10. ANEXOS	10

1. INTRODUÇÃO E ÂMBITO

Este documento constitui o Relatório de Acompanhamento Ambiental nº. 03 que sintetiza as principais actividades realizadas no âmbito da implementação da Plano de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança, concretamente no que diz respeito a questões de índole ambiental, conforme estabelecido na Especificação de Processo “Relatório Mensal de Acompanhamento Ambiental” (EPO.2908.02), emitida para a Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote, no período compreendido entre 01 e 30 de Setembro de 2007.

Principais actividades no período em análise

Montagem de Estaleiro Industrial;

Finalização da Montagem do Estaleiro Social;

Tomada de Água - Desvio de Estrada (Execução de Muros, Viga de Contenção, Aterros e Desvio de Trânsito);

Tomada de Água - Escavações e Contenções (Viga ancorada);

Galeria de Acesso Existente – Escavações, Contenções e Emboquilhamento inferior;

Galeria de Acesso à Central II- Escavações e Contenções;

Bocal de Restituição (Viga de contenção e Ancoragens);

Rebaixamento do leito do rio – bombagem de jusante, remoção de barra e acesso à restituição;

Elaborado/Revisto:

Aprovado:

Data:

04 de Outubro de
2007



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

Mês/Ano:
Setembro 2007

Pág.: 2 / 14

2. REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, informamos que tivemos em particular atenção o cumprimento de alguns diplomas, descritos de seguida, tendo como base o descritor ambiental relevante associado.

2.1. Resíduos:

- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05 de Setembro (Gestão de resíduos)
- Portaria n.º 209/2004 de 3 de Março (Aprova a Lista Europeia de Resíduos)
- Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho (Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos novos e usados)

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Gestão de Resíduos permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

2.2 Efluentes Líquidos

- Dec. lei n.º 236/98 de 1 de Agosto – Normas, critérios e objectivos de qualidade do meio aquático
- Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro – Lei da água, estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável da água. (aplicável todas as portarias reguladoras)
- Dec. lei n.º 226_A/2007 de 1 de Agosto – Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Controlo de Águas Residuais permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---------------------------	------------------	--



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

Mês/Ano:
Setembro 2007

Pág.: 3 / 14

2.3 Ruído Ambiental e Vibrações

- Dec. lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro – Regulamento Geral de Ruído (incluído a Decl. Rectificação n.º 18/2007 de 16 de Março), , alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de Agosto
- Dec. Lei n.º 221/2006 de 8 de Novembro – Regras de emissões sonoras de equipamentos para utilização no exterior
- Dec. lei n.º 291/90 de 20 de Setembro – Controlo metrológico de equipamentos de medição.

- Norma NP 1730-1:96 – Acústica : descrição e medição do ruído ambiente
- Norma Portuguesa NP 2074:1983 (Avaliação da influência em construções de vibrações provocadas por explosões ou solicitações similares)

A análise destes diplomas e a subsequente emissão do Plano de Monitorização de Ruído permite-nos assegurar o cumprimento dos requisitos legais referenciados, visto não ter havido emissão e/ou alteração de diplomas legais aplicáveis à presente empreitada.

Não é permitida a reprodução deste documento, no todo
ou em parte, sem autorização escrita da DITQ

No que diz respeito ao controlo de vibrações, informa-se que o mesmo está a ser efectuado pelo Consórcio MSF/OPCA, tendo como base a norma relativa a vibrações acima referenciada.

2.4 Património

- Decreto-Lei nº 270/1999 de 15 Julho, D.R. nº 163/99 Série I-A, “Aprova o regulamento de Trabalhos Arqueológicos”.
- Decreto-Lei nº 287/2000 de 10 de Novembro, D.R. nº 260/00 Série I-A, “ Alteração ao Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho”.
- Lei nº 107/2001 de 10 de Setembro, D.R. nº 209/01 Série I-A, “Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---------------------------	------------------	---------------------------------------



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

Mês/Ano:
Setembro 2007

Pág.: 4 / 14

A análise destes diplomas permitiu a emissão do Plano de Salvaguarda e Património, o qual se encontra implementado, sendo emitidos mensalmente relatórios de progresso de acompanhamento arqueológico.

3. LICENCIAMENTOS E CONTACTOS COM ENTIDADES COMPETENTES

3.1 Licença de Estaleiro

A planta de estaleiro emitida em Agosto 2007 foi sujeita à apreciação da EDP, que solicitou algumas alterações, as quais foram efectivadas no final de Setembro de 2007. Deste modo, não foi possível instruir ainda o processo de licenciamento junto da Câmara Municipal, acção que será efectivada durante o mês de Outubro.

3.2 Licença Especial de Ruído

Nada a referir, tendo em consideração o deferimento do pedido de isenção remetido à Câmara Municipal de Miranda do Douro

3.3 Licença de Captação de Águas

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a captação de águas ainda não foi instruído, visto só recentemente ter sido possível emitir planta de estaleiro, (conforme explicitado no ponto 3.1), elemento este que constitui o processo de licenciamento. Neste seguimento, está prevista a instrução do processo de licenciamento de captação de águas, com base no DL 226-A/2007, durante o mês de Outubro na CCDR - delegação de Mirandela.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
2908.001.0		



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

Mês/Ano:
Setembro 2007

Pág.: 5 / 14

3.4 Licença de Rejeição de Águas Residuais

O processo de licenciamento de utilização do domínio hídrico referente a rejeição de águas ainda não foi instruído, visto só recentemente ter sido possível emitir planta de estaleiro, (conforme explicitado no ponto 3.1), elemento este que constitui o processo de licenciamento. Neste seguimento, está prevista a instrução do processo de licenciamento de captação de águas, com base no DL 226-A/2007, durante o mês de Outubro na CCDR - delegação de Mirandela.

3.5 Outros

Está em curso a elaboração do processo de licenciamento industrial da central de betão a instalar em obra, a instruir logo que possível junto da Direcção Regional da Economia do Norte.

No que diz respeito aos resíduos de desmatação resultantes de actividades nas áreas de implantação de estaleiros, frentes de obra e escombreira norte, continuamos sem resposta do Departamento de operações e gestão de resíduos (ex Instituto dos Resíduos) relativa ao procedimento de gestão deste tipo de resíduos proposto, que inclui o seu enterramento e compactação. Têm sido efectuadas diversas tentativas de contacto telefónico com aquela entidade, as quais se têm revelado infrutíferas, continuando então a aguardar-se a aprovação do procedimento proposto.

4. MONITORIZAÇÃO

Domínio Hídrico

Na sequência da instalação e entrada em funcionamento dos equipamentos ambientais como sendo a ETAR, está prevista para a segunda semana de Outubro uma campanha de monitorização de qualidade de água, a ser realizada pelo Laboratório Equilibrium, com sede no Porto, dando-se assim cumprimento ao estipulado no Plano de Controlo de Águas Residuais emitido para esta empreitada.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---------------------------	------------------	--



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

**Mês/Ano:
Setembro 2007**

Pág.: 6 / 14

Qualidade do Ar

Não aplicável nesta fase, visto que não foram detectadas situações anormais de emissão de poeiras e/ou outros contaminantes atmosféricos.

Ambiente Sonoro

Foi emitida a revisão 02 do Plano de Monitorização de Ruído, constante do Plano de Gestão de Qualidade Segurança e Ambiente, tendo por finalidade a introdução do deferimento de isenção de pedido de emissão de LER, definição de ponto de medição junto à escombreira, identificação de campanhas de referência e revisão de Programa de Monitorização de Ruído.

Neste seguimento, será realizada a primeira campanha de monitorização de ruído ambiental, nos dias 22 e 23 de Outubro de 2007.

Resíduos

Até esta data, não procedemos a qualquer encaminhamento de resíduos não urbanos a destino autorizado, visto que a produção dos mesmos não justificou ainda o seu encaminhamento.

Relativamente aos RSU's, os mesmos continuam a ser depositados nos contentores e são posteriormente incluídos no circuito de recolha camarário correspondente, o qual efectua recolhas bissemanais.

Entretanto, foram já efectivados os contactos com os operadores seleccionados para a gestão de resíduos de forma a assegurar áreas de deposição e meios de contentorização adequados à tipologia de resíduos produzidos em obra.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---------------------------	------------------	--



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

**Mês/Ano:
Setembro 2007**

Pág.: 7 / 14

Na área definida para deposição de resíduos não perigosos, foram então colocados 4 contentores de 30 m³ destinados a metal, madeira, embalagens e papel e cartão e 3 contentores de 1 m³, nesta fase destinados a vidro (fornecidos pela empresa Mirapapel). A colocação destes contentores sofreu atrasos face ao previsto, visto que a empresa Mirapapel apenas conseguiu colocar em obra os contentores de 40 m³ com coberturas no final do mês de Setembro.

Este atraso teve como consequência a necessidade de criar uma área de deposição temporária de resíduos não perigosos não triados. Estes resíduos foram triados imediatamente após a disponibilização dos contentores acima referidos por parte do operador de gestão Mirapapel.

No que concerne aos meios de recolha selectiva de resíduos a serem produzidos nos estaleiros sociais e cantina, procedeu-se já à colocação de baterias de 4 contentores (de cores verde, amarela, azul e cinzenta), de capacidades de 360 e 800L, distribuídas pelas áreas comuns.

Património

Encontram-se previstos para a primeira semana de Outubro os trabalhos referentes à prospecção arqueológica de margens a montante da albufeira.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
2908.001.0		



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

Mês/Ano:
Setembro 2007

Pág.: 8 / 14

5. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Até esta data, têm-se mantido as medidas de minimização constantes na documentação que constitui o Plano de Gestão de Qualidade, Segurança e Ambiente, sendo de referir que algumas destas medidas carecem de alteração e/ou adaptação.

De seguida, listam-se medidas de minimização genéricas adoptadas nesta fase:

- limpeza regular das áreas de circulação através de tractor com joper, bobcat com escova e retroescavadora (nomeadamente na zona de acesso à escombreira);
- disponibilização de locais de deposição de resíduos sólidos urbanos e embalagens nas frentes de obra (Galeria de Acesso à Central II);
- criação de área destinada a lavagem de caleiras de autobetoneiras (nas imediações do estaleiro social);
- criação de áreas para armazenamento de produtos perigosos (óleos/lubrificantes) e resíduos perigosos devidamente impermeabilizadas.

6. - AUDITORIAS, VISTORIAS E INSPECÇÕES

Até esta data, não foram ainda realizadas auditorias a esta empreitada, quer internas ou externas.

7. OCORRÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Nada a referir.

8. RECLAMAÇÕES DE TERCEIROS E PARTES INTERESSADAS

Não há registo de qualquer reclamação apresentada desde o início dos trabalhos até ao final do mês de Setembro.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---------------------------	------------------	--



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

Mês/Ano:
Setembro 2007

Pág.: 9 / 14

9. PLANO DE ACÇÃO

No mês de Outubro, prevê-se:

- Entrada em funcionamento de um tanque de decantação de águas provenientes da escavação da galeria de acesso à central II, nas proximidades do bocal de restituição;
- Disponibilização de áreas de armazenamento de resíduos não perigosos em todas as frentes de obra e de produtos passíveis de contaminação de solos aonde necessário;
- Cobertura da área de deposição selectiva de resíduos de madeira e metal existente no estaleiro industrial (nas imediações da carpintaria e oficina, respectivamente) e da área de armazenamento de óleos (adjacente ao depósito de combustível);
- Alteração da bacia de retenção de resíduos perigosos, por forma a assegurar uma capacidade de contenção suficiente;
- Correcção de alguns aspectos relacionados com o encaminhamento de efluentes e águas pluviais da área de manutenção de equipamentos e bacia retenção supra referida;

Não é permitida a reprodução deste documento, no todo ou em parte, sem autorização escrita da DITQ

Será dada particular atenção a estes aspectos, de forma a assegurar o cumprimento do estipulado dos documentos emitidos (com as devidas adaptações à realidade da obra, espelhadas na revisão dos referidos documentos).

Além disso, é prioritária a obtenção de licenças de utilização de meio hídrico e de estaleiro, estando ainda prevista a emissão do relatório final de acompanhamento arqueológico pela empresa ERA.

Elaborado/Revisto:	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
2908.001.0		



MONIZ DA MAIA, SERRA & FORTUNATO - EMPREITEIROS, SA.



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote

Relatório de Acompanhamento Ambiental

RAA n.º 03

Mês/Ano:
Setembro 2007

Pág.: 10 / 14

10. ANEXOS

Anexo I – Fotos evidenciando a montagem de estaleiro e implementação de medidas de controlo ambiental;

Não é permitida a reprodução deste documento, no todo
ou em parte, sem autorização escrita da DITQ

Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---	------------------	--

ANEXO I: FOTOS

Área de deposição selectiva de resíduos no estaleiro social



Área de deposição selectiva de resíduos no estaleiro social



Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---	------------------	---------------------------------------

Área de deposição selectiva de resíduos de metal no estaleiro industrial



Área de deposição não selectiva de resíduos no estaleiro industrial



Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---	------------------	---------------------------------------

Área de armazenamento de resíduos e produtos perigosos



Área de armazenamento de óleos/lubrificantes e depósito de combustível



Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---	------------------	---------------------------------------

Limpeza das áreas de circulação



Elaborado/Revisto: 2908.001.0	Aprovado:	Data: 04 de Outubro de 2007
---	------------------	---------------------------------------



Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência do Picote
Relatório de Acompanhamento Ambiental

Anexo II

**Mês/Ano: Agosto
2007**

Pág.: 14 / 14

ANEXO II – AUTORIZAÇÃO DE ABATE DE AZINHEIRAS

Elaborado/Revisto:

2908.001.0

Aprovado:

Data:

31 de Agosto de
2007

ICN



Instituto da Conservação da Natureza

Parque Natural do Douro Internacional
Rua de S^a. Marinha, n^o 4
5200-241 Mogadouro
Portugal

Telefone 279 340 030
Telefax 279 341 596
Email: pndi.icn@icn.pt
<http://www.icn.pt>



Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data
2007-08-24

Data da sua comunicação

Exmo. Senhor

S. referência

Engenheiro Luís Mota

N referência

Consórcio MSF/OPCA

Referência interna
PNDI/Ofic 661/07

Barrocal do Douro

5225 – 071 Picote

Assunto

AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE AZINHEIRAS

MOTIVO: IMPLANTAÇÃO DE ESTALEIRO E ESCOMBREIRA

PROPONENTE: CONSÓRCIO MSF/OPCA

**PRÉDIOS; BARROCAL DO DOURO (LISTAGEM EM ANEXO), FREGUESIA; PICOTE,
CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO**

Na sequência do requerimento em epígrafe, informo que, nos termos do nº 5 do Artigo 5º de Decreto Lei nº 155/2004 de 30/06, que altera o Decreto Lei nº 169/2001 de 25/05, fica autorizado ao abate de:

Tufos de azinheiras e azinheiras jovens (*Quercus rotundifolia*), situadas nas propriedades Barrocal do Douro, que fazem parte do local previsto para a implantação de estaleiro e escombreira da Empreitada Geral da Construção do Reforço de Potencia do Picote na freguesia de Picote, concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança .

Esta autorização é válida no prazo de um ano a partir da data deste ofício.

Com os melhores cumprimentos

O Director Adjunto do Departamento de Gestão
de Áreas Classificadas do Norte

(Paulo Cabral)

Distribuição de Documentos		
Obra n. ^o	Ref.	Data
1908	236	
Recebido	2007-08-28 08:07	
Resp.	Rúbrica	Data
Produção		
Topog.		
Qualidade		
Segurança		
Adm. Fin.		
D.O.		
F. AM 26.08.07		